

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GLI”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. A Companhia tem o controle direto da: (i) VRG Linhas Aéreas S.A. (“VRG”) que explora essencialmente (a) serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (b) atividades complementares de serviço de transporte aéreo previstas em seu Estatuto Social; e da (ii) Smiles S.A., que explora essencialmente (a) o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; e (b) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes.

Adicionalmente, a Companhia é a controladora direta das subsidiárias integrais GAC Inc. (“GAC”), Gol Finance (“Finance”), Gol LuxCo S.A. (“Gol LuxCo”), Gol Dominicana Lineas Aereas SAS (“Gol Dominicana”) e indireta da Webjet Linhas Aéreas S.A. (“Webjet”).

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada VRG constituiu uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP BOB”), com objetivo de desenvolver e explorar a venda a bordo de alimentos e bebidas. Em novembro de 2014 houve o encerramento da SCP BOB. Consequentemente, as operações foram integralmente absorvidas pela VRG.

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”). A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para diferenciar as empresas que se comprometem às práticas diferenciadas de governança corporativa.

2. Aprovação e sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de março de 2015. A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

2.1. Declaração de conformidade

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº6.404/76 com alterações na Lei nº11.638/07 e na Lei nº11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM. Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente

no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (“Separate financial statements”) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº733/14, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir deste exercício.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Exceto pela controlada Gol Dominicana, cuja moeda funcional é dólar norte-americano, todas as outras entidades no grupo possuem o real como moeda funcional. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas é o real.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e suas controladas e coligadas diretas e indiretas, conforme relacionadas abaixo:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação no capital social
----------	----------------------	------------	---------------------	------------------	-------------------------------------

					31/12/2014	31/12/2013
Extensões (*):						
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,0	100,0
Finance	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
LuxCo	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Controladas:						
VRG	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,0	100,0
Webjet	01/08/2011	Brasil	Transporte aéreo	Indireto	100,0	100,0
SCP BOB	28/02/2011	Brasil	Venda a bordo	Indireto	-	50,0
Smiles	10/06/2012	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	54,3	57,3
Gol Dominicana	28/02/2013	República Dominicana	Em fase pré-operacional	Direto	100,0	100,0
Controlada em conjunto:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	Indireto	60,0	60,0
Coligada:						
Netpoints	08/11/2013	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	21,2	-

(*) São as entidades constituídas com um propósito específico de dar continuidade às operações da matriz ou que, ainda, apresentam direitos e/ou obrigações constituídas apenas para satisfazer às necessidades da matriz. Além disso, não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões. Tais entidades apresentam seus ativos e passivos consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras da controladora. Enquadram-se nesta categoria também as sucursais da VRG constituídas no exterior (América do Sul, Caribe e Estados Unidos), cujos ativos e passivos são apresentados nas demonstrações consolidadas.

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com as utilizadas em exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito

São classificados em equivalentes de caixa os fundos de investimento e títulos que tem liquidez imediata e, conforme análise pode ser convertido para um valor conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. O caixa restrito consiste em aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo. As aplicações financeiras incluem fundos de investimentos exclusivos, que são integralmente consolidados.

c) Contas a receber

São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo. A provisão para devedores duvidosos é constituída para contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, agências de viagem e cargas, e há mais de 180 dias para vendas de Companhias aéreas parceiras. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia executa análises individuais para a avaliação do risco de recebimento.

d) Estoques

Constituídos principalmente por peças e materiais para manutenção e reposição, os custos são determinados pelo método do custeio médio, e abrangem os gastos incorridos em sua aquisição e transporte até sua localização atual. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas quando as perdas são consideradas prováveis.

e) Ativos e passivos financeiros

Inicialmente, a Companhia mensura ativos e passivos financeiros a valor justo. A mensuração subsequente de determinado item patrimonial depende da classificação do instrumento, sendo esta determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente pelas intenções da Companhia.

Dentre os instrumentos consistem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas, além de contratos derivativos.

i. Mensurados ao custo amortizado: com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável, (quando aplicável) são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais ativos que a Companhia possui nesta categoria são saldos de contas a receber, depósitos em garantia e outros créditos, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que incluem os arrendamentos financeiros) e fornecedores.

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mantidos para negociação (adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo): os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui investimentos classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras nesta categoria.

iii. Derivativos: a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos das variações do preço de combustível, da taxa de moeda estrangeira e das taxas de juros. Os derivativos podem ser ou não designados para hedge accounting e, se designados, são classificados em hedge de valor justo ou em hedge de fluxo de caixa. No início da operação do hedge, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos, bem como se a operação será designada para *hedge accounting*. A Companhia segue as práticas internacionais para contabilização de hedge de valor justo (contrapartidas a resultado do exercício) e hedge de fluxo de caixa (parte efetiva em “Outros Resultados Abrangentes” e parte inefetiva no resultado do exercício, no resultado financeiro).

Em instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, no momento em que o item protegido afetar o resultado, os valores anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

iv. Desreconhecimento e baixa: A Companhia baixa um item financeiro apenas quando os direitos ou as obrigações contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse item expiram, ou quando transfere substancialmente todos seus riscos e benefícios para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios juntamente com a propriedade do item financeiro, mas continuar a controlar, ou manter a obrigação com tal objeto, reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os

riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou (iii) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos no resultado quando a transação também for registrada no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido.

f) Depósitos

i. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores: referem-se a pagamentos em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as renegociações efetuadas com seus arrendadores. A variação cambial dos pagamentos, líquido de utilização para manutenção é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos e acredita que os valores refletidos no balanço são recuperáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso os custos incorridos na manutenção sejam efetivamente menores em relação aos depositados anteriormente, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. O valor em excesso das manutenções, devido pelo arrendador na data de expiração do contrato, que não considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2014, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

ii. Depósitos de garantia e cauções de contratos de arrendamento: os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

g) Arrendamentos operacionais e transações de venda e retroarrendamento – *Sale-leaseback*

As parcelas decorrentes de contratos de arrendamento classificados em modalidade operacional são registradas como despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato e apresentados na rubrica de “arrendamento de aeronaves”. Os pagamentos futuros de tais contratos não representam uma obrigação registrada no balanço, entretanto, os compromissos assumidos são apresentados na nota explicativa nº29a.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* da Companhia classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação foi mensurada ao valor justo;

- Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado);
- Caso o preço de venda seja superior ao valor justo do bem, o valor excedente é diferido e amortizado durante o exercício esperado que o ativo seja utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos.

O saldo de perdas diferidas é reconhecido como despesas antecipadas, enquanto o saldo de ganhos diferidos é reconhecido como outras obrigações. A segregação entre curto e longo prazo está de acordo com o período contratual do arrendamento que originou tal transação.

h) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº15.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves com opção de compra ao final dos contratos, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, caso necessário.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

i. Adiantamentos para aquisição de aeronaves: referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation* e aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

ii. Contratos de arrendamento: em casos de contrato de arrendamento financeiro, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado são transferidos à Companhia, o ativo é reconhecido no balanço patrimonial. No início do prazo do arrendamento, a Companhia reconhece os arrendamentos financeiros como ativo e passivo pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo, reconhecido inicialmente, é mantido como financiamento.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os demais arrendamentos de aeronaves e motores são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

iii. Gastos com reconfiguração de aeronaves: A Companhia realiza adições relacionadas às provisões para reconfiguração de aeronaves, estimando os custos inerentes às devoluções, considerando às condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional, conforme nota explicativa nº15. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual.

iv. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores: os gastos com grandes manutenções (que incluem substituições de peças e mão de obra) são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos motores, ou relacionados à outros componentes das aeronaves, são reconhecidos diretamente no resultado.

i) Intangíveis

São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado.

i. Ágio por expectativa de rentabilidade futura: O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa (VRG e Smiles). A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas e com os planos operacionais.

ii. Direitos de operações em aeroportos: foram adquiridos na compra da VRG e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

iii. Software: os custos de aquisição ou desenvolvimento de *software* de computadores que possam ser separados de um item de *hardware* são capitalizados separadamente e amortizados em base linear pelo período do contrato.

j) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

i. Impostos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O cálculo obedece às premissas estabelecidas pela legislação fiscal vigente.

ii. Impostos diferidos: são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro

tributável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser realizado.

Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio Líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la.

i. Provisão para devolução de aeronaves: algumas aeronaves com contrato de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de “outros equipamentos de voo” do ativo imobilizado (vide nota explicativa nº15). Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa desconto com contrapartida registrada no resultado financeiro.

ii. Provisão para devolução de motores: são estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor.

iii. Provisão para processos judiciais: As provisões são constituídas e reavaliadas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis de acordo com a avaliação individual de cada processo, considerando o desembolso financeiro estimado. Se a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

l) Reconhecimento de receita

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa da Companhia (*breakage*). O *breakage* consiste no cálculo estatístico, com base histórica, de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que possuem grande probabilidade de não utilizá-los. Periodicamente a Companhia registra uma atualização dos saldos do *breakage* com objetivo de refletir o comportamento dos bilhetes expirados.

Sob a perspectiva do consolidado o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de milhagem por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais são reconhecidos quando o serviço é realizado.

m) Remuneração baseada em ações

O valor justo das opções de ações concedidas aos executivos é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido. Já o valor justo das ações restritas outorgadas foi estimado na data de concessão utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes*. O impacto de eventual revisão das quantidades de opções ou ações restritas que serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

n) Informações por segmento

O CPC 22 e IFRS 8 - “Informações por segmento” requer que essas operações sejam identificadas com base em relatórios internos que são regularmente revisados pelo principal gestor da operação com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho individualmente.

A Companhia considera que possui dois segmentos operacionais:

i. Segmento de transporte aéreo: as operações deste têm origem em sua controlada VRG, pela prestação de serviços de transporte aéreo cujos principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo. Dentro deste segmento, a Companhia também apresenta a receita líquida por segmento geográfico conforme descrito na nota explicativa nº25.

ii. Segmento de programa de fidelidade: as operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não-aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de prêmios e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as

operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

p) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

O processo de elaboração destas demonstrações financeiras requer, muitas vezes, que a Administração adote premissas, julgamentos e estimativas que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo:

i. Recuperabilidade de ativos financeiros: a Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros a cada data de balanço, ou quando existirem indícios de que os valores contábeis possam não ser recuperados. Dificuldades na repatriação ou no uso de ativos financeiros registrados em outros países são indicativos para o teste de recuperabilidade.

ii. Recuperabilidade de ativos não financeiros: ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicativos de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizado e intangíveis. Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa são determinados pelo cálculo de seu valor em uso, que se baseia em premissas de fluxo de caixa descontado. Caso haja indicação, o montante recuperável é estimado com a finalidade de mensurar o montante estimado da perda.

iii. Imposto de renda: a Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em

passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas. A análise da recuperação do imposto de renda diferido está demonstrada na nota explicativa nº8.

iv. Breakage: como parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita durante o prazo de vencimento do direito a uso do cliente. Essas estimativas, referidas como *breakage*, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vencidas e milhas expiradas.

v. Provisão para crédito de liquidação duvidosa: é constituída em montante considerado suficiente para fazer face à eventuais perdas na realização de títulos a receber. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e, com base em dados históricos combinados com análises de risco por cliente, realiza o registro da provisão de títulos com baixa expectativa de realização.

vi. Provisão para processos judiciais: a constituição da provisão inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. Adicionalmente, as provisões são revisadas periodicamente e Administração acredita que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Entretanto, alterações significativas em decisões judiciais podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

vii. Provisão para devolução de aeronaves: a Companhia constitui provisão para devolução de aeronaves considerando os custos a incorrer quando da sua devolução, e condições contratuais, com contrapartida no imobilizado.

viii. Provisão para devolução de motores: são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

r) Normas e interpretações novas e revisadas em 2014

i. Novas normas, interpretações e revisões emitidas e adotadas em 2014:

Pronunciamento alterado	Aplicação
CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)	Entidades de investimento

CPC 39	Compensação de ativos financeiros
CPC 38	Renovação de derivativos e continuação da contabilização de <i>hedge</i>
ICPC 19	Tributos

A Administração da Companhia avaliou as normas e pronunciamentos contábeis emitidos e/ou alterados vigentes a partir de 01 de janeiro de 2014 conforme acima e não identificou impactos decorrentes das modificações realizadas, uma vez que tais pronunciamentos não são aplicáveis à Companhia.

ii. Pronunciamentos emitidos que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014:

Pronunciamento	Aplicação
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 14	Contas Regulatórias Diferidas
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes
Alterações à IFRS 11	Contabilização de Aquisições de Partes Societárias
Alterações na IAS 19	Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado

Normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras e aplicáveis para a Companhia são abaixo apresentadas:

IFRS 9 - Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Companhia não espera impactos significativos em decorrência da adoção deste pronunciamento.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017). A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS15 e planeja revisar suas políticas em decorrência da efetiva data de entrada em vigor.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	32.995	320.276	507.248	667.985
Equivalentes de caixa	426.369	23.517	1.391.525	967.662
	459.364	343.793	1.898.773	1.635.647

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Títulos privados	426.369	19.471	1.130.462	537.196
Títulos públicos	-	271	63	65.673
Fundos de investimento	-	3.775	261.000	364.793
	426.369	23.517	1.391.525	967.662

Em 31 de dezembro de 2014, os títulos privados são compostos por Certificados de Depósito Bancário - "CDBs", operações compromissadas e *time deposits* remuneradas a taxas pós-fixadas que variam entre 85% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") nas aplicações *onshore*.

Os fundos de investimento são compostos substancialmente por títulos públicos remunerados a taxa média ponderada de 102% do CDI.

Os fundos de investimento classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, e, segundo a análise da Companhia, podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa a um risco insignificante de mudança de valor.

Repatriação do caixa gerado na Venezuela

Em 23 de janeiro de 2014, o governo venezuelano anunciou que as companhias pertencentes à indústria de aviação poderiam solicitar a repatriação de seus recursos provenientes das vendas na Venezuela por meio da CADIVI (“Comisión de Administración de Divisas”) através da taxa oficial de BS 6,30/US\$1,00. Esta taxa sofreu uma elevação, e a cotação em 31 de dezembro de 2014 foi BS 12,00/US\$1,00. O controle cambial na Venezuela é determinado em base semanal pelo seu Banco Central (SICAD).

Diante da elevação dessa taxa, a Companhia apurou uma desvalorização da moeda justificada pela intenção de repatriação dos valores referente às operações realizadas na Venezuela a partir de janeiro de 2014. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia repatriou o montante total de BS 227.220 (US\$20.226) à taxa média ponderada de BS 11,23/US\$1,00, equivalente a R\$47.300.

O valor total do caixa registrado na Venezuela registrado na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” em 31 de dezembro de 2014 foi de BS 943.466, o caixa gerado até 2013 foi submetido à solicitação de repatriação protocolada junto ao governo venezuelano, com cambio fixado a BS 6,30/US\$ 1,00. O caixa gerado a partir de janeiro 2014 passou a ter suas solicitações de repatriação com taxas fixadas pelo “SICAD I” à razão de BS12,00/US\$1,00 em 31 de dezembro de 2014. A perda pela desvalorização do Bolívar venezuelano em relação ao dólar norte-americano foi de R\$72.972 com contrapartida na rubrica de “Variação cambial líquida” (vide nota explicativa nº27). O montante líquido recuperável de R\$325.831 está registrado na rubrica “Caixa e depósitos bancários”. Enquanto o caixa está disponível para uso sem restrições na Venezuela, a capacidade da Companhia em repatriar esses fundos tem sido limitada devido a controles do governo venezuelano.

Tal registro está sujeito a oscilações futuras diante das incertezas do cenário econômico da Venezuela, havendo a possibilidade de ocorrer novas restrições impostas pelo CADIVI para o fluxo monetário, ou ainda, sanções impostas pelo governo local, dificultando a repatriação dessas disponibilidades.

4. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Títulos privados	55.849	-	74.127	554.032
Títulos públicos	-	929	66.030	88.596
Fundos de investimento	642	1.595	156.667	512.989
	56.491	2.524	296.824	1.155.617

Em 31 de dezembro de 2014, os títulos privados são compostos substancialmente por debêntures e letras financeiras de bancos de primeira linha, remunerados à taxa média ponderada de 102% da taxa CDI nas aplicações *onshore*.

Os títulos públicos estão representados basicamente por LTN, NTN e LFT, com rentabilidade média de 101% do CDI.

Os fundos de investimento são compostos por títulos públicos e privados remunerados à taxa média ponderada de 102% do CDI.

5. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósito de margem de operações de <i>hedge</i> (a)	-	-	82.025	29.845
Depósitos em garantia de carta fiança - Safra (b)	-	-	42.040	75.681
Depósito em garantia - Bic Banco (c)	21.579	19.917	70.820	57.923
Depósito em garantia - Arrendamentos (d)	-	-	72.672	-
Depósito em garantia - Debêntures (e)	-	-	58.303	-
Depósito em garantia de operações de futuro (f)	-	-	-	88.410
Outros depósitos vinculados	442	292	5.690	2.597
	22.021	20.209	331.550	254.456
Circulante	7	7	58.310	88.417
Não circulante	22.014	20.202	273.240	166.039

(a) Denominado em dólar norte-americano, remunerado à taxa libor (remuneração média de 0,5% a.a.).

(b) Vinculado ao empréstimo pertencente à controlada Webjet (Vide nota explicativa nº17).

(c) O valor de R\$21.579 (controladora e consolidado) refere-se à garantia contratual para o processo junto ao STJ sobre a incidência de PIS e COFINS sobre JSCP pagos à GLAI conforme nota explicativa nº23c), além de garantias de cartas de créditos em vigor.

(d) Refere-se à carta de crédito em garantia de arrendamentos operacionais de aeronaves.

(e) Refere-se à garantia contratual das debêntures emitidas pela controlada Smiles, classificadas no passivo circulante. Para maiores informações vide nota nº17.

(f) Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía depósitos em garantia de operações de futuro aplicado em LTN e LFT (remuneração média de 9,7% a.a.) classificados no circulante. Tais operações foram integralmente liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	72.116	74.359
Agências de viagens	176.244	175.723
Vendas parceladas	43.730	45.475
Agências de cargas	35.536	32.339
Companhias aéreas parceiras	29.044	20.544
Outros (*)	67.228	21.153
	423.898	369.593
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	18.502	27.156
Agências de viagens	10.151	11.881
Agências de cargas	89	1.321
	28.742	40.358
	452.640	409.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(83.837)	(85.101)
	368.803	324.850
Circulante	352.284	324.821
Não circulante	16.519	29

(*) Do montante total, R\$33.801 é relativo ao incentivo adicional referente ao contrato de parceria estratégica firmado junto a Air France – KLM, a ser recebido em duas parcelas iguais em junho de 2015 e 2016, sendo a parcela de longo prazo registrada na rubrica “Outros créditos e valores”. Para maiores detalhes acerca deste contrato, vide nota explicativa nº11e.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	278.311	280.271
Vencidas até 30 dias	14.480	17.778
Vencidas de 31 a 60 dias	6.748	6.864
Vencidas de 61 a 90 dias	3.606	6.196
Vencidas de 91 a 180 dias	10.775	5.830
Vencidas de 181 a 360 dias	34.434	12.464
Vencidas acima de 360 dias	104.286	80.548
	452.640	409.951

O período médio de recebimento nas vendas parceladas é de 6 meses e são cobrados juros mensais de 6,99% sobre o saldo a receber, contabilizados no resultado financeiro. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 127 dias (122 dias em 31 de dezembro de 2013).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	(85.101)	(80.712)
Adições	(17.143)	(32.849)
Montantes incobráveis	9.624	8.119
Recuperações	8.783	20.341
Saldo no final do exercício	(83.837)	(85.101)

7. Estoques

Consolidado

	31/12/2014	31/12/2013
Materiais de consumo	26.020	19.601
Peças e materiais de manutenção	117.748	105.649
Adiantamentos a fornecedores	322	286
Outros	7.450	3.835
Provisão para obsolescência	(12.858)	(12.227)
	138.682	117.144

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldos no início do exercício	(12.227)	(17.591)
Adições	(3.968)	(3.702)
Baixas e reversões	3.337	9.066
Saldos no final do exercício	(12.858)	(12.227)

8. Impostos diferidos e a recuperar

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	-	-	39.321	32.205
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar	25.206	37.124	64.750	46.389
IRRF	3.336	1.845	14.594	26.505
PIS e COFINS	-	-	2.472	2.177
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	16.845	8.693
Imposto de valor agregado recuperável - IVA	-	-	12.280	6.544
Imposto de renda sobre importações	657	591	734	2.741
Outros	482	-	583	407
Total	29.681	39.560	151.579	125.661
Circulante	10.289	9.991	81.245	52.124
Não circulante	19.392	29.569	70.334	73.537

b) Impostos diferidos ativos (passivos) - longo prazo

	GLAI		VRG		Smiles		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais	47.381	39.475	283.543	394.045	-	-	330.924	433.520

Base negativa de contribuição social	17.057	14.211	102.075	141.857	-	-	119.132	156.068
Diferenças temporárias:								
Programa de milhagem	-	-	46.853	94.540	-	-	46.853	94.540
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	-	-	95.874	73.200	729	100	96.603	73.300
Provisão para perda na aquisição da VRG	-	-	143.350	143.350	-	-	143.350	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	867	1.219	41.827	48.434	158	36	42.852	49.689
Devolução de aeronaves	-	-	102.524	85.350	-	-	102.524	85.350
Operações com derivativos não liquidados	-	-	88.078	15.727	-	-	88.078	15.727
Benefício fiscal pela incorporação do ágio (a)	-	-	-	-	58.353	72.942	58.353	72.942
Direitos de voo	-	-	(353.226)	(353.226)	-	-	(353.226)	(353.226)
Depósitos de manutenção	-	-	(116.873)	(140.246)	-	-	(116.873)	(140.246)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	(164.391)	(158.775)	-	-	(164.391)	(158.775)
Estorno da amortização do ágio na aquisição da VRG	-	-	(127.659)	(127.659)	-	-	(127.659)	(127.659)
Operações de leasing de aeronaves	-	-	73.412	34.764	-	-	73.412	34.764
Outros (b)	-	93	123.264	94.911	9.454	4.230	147.043	108.813
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Não circulante	65.305	54.998	338.651	346.272	68.694	77.308	486.975	488.157

- (a) Refere-se ao benefício fiscal originado através do ágio decorrente da incorporação reversa da G.A. Smiles Participações S.A. pela controlada Smiles. Sob os termos da legislação fiscal vigente, o ágio gerado na operação será uma despesa dedutível na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.
- (b) A parcela dos impostos sobre o lucro não realizado proveniente das transações entre VRG e Smiles no valor de R\$14.325 está registrado diretamente na coluna "Consolidado" (R\$9.579 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia e suas controladas direta VRG e indireta Webjet possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)		Controlada direta (VRG)		Controlada indireta (Webjet)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal	189.522	235.907	2.801.620	2.602.369	818.159	712.849
Base negativa de contribuição social	189.522	235.907	2.801.620	2.602.369	818.159	712.849

Em 31 de dezembro de 2014, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base fiscal negativa de contribuição social foram preparadas com base no plano de negócio e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de dezembro de 2014.

A Companhia e suas controladas possuem o montante total de créditos fiscais de R\$1.295.162, dos quais R\$64.437 são da controladora GLAI e R\$1.230.725 são das controladas VRG e Webjet.

Anualmente a Companhia realiza análises de recuperabilidade do ativo fiscal diferido. As projeções da controladora apresentaram expectativa de resultados tributáveis futuros sob uma perspectiva de longo prazo. Para a controlada indireta Webjet, as projeções não apresentaram lucros tributáveis suficientes para serem realizados em períodos futuros e, como resultado, foi registrada uma provisão para perda dos créditos tributários não realizáveis de R\$267.878. Com relação à controlada VRG, tais projeções indicam lucros tributáveis suficientes para a realização de parte dos créditos fiscais diferidos reconhecidos a longo prazo. Entretanto, devido aos prejuízos fiscais apresentados nos últimos anos, a

Administração realizou uma análise de sensibilidade sobre as projeções de resultado e, considerando alterações significativas no cenário macroeconômico face às constantes oscilações do dólar, registrou ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa pelo menor valor apurado obtido nesta análise. Como resultado, a Companhia e suas controladas deixaram de reconhecer R\$566.933 para a controlada VRG.

A expectativa de realização anual dos créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Controladora							
Imposto de renda	2.417	3.072	4.952	5.815	4.854	26.270	47.380
Contribuição social	870	1.106	1.783	2.093	1.747	9.457	17.056
Total	3.287	4.178	6.735	7.908	6.601	35.727	64.436
Consolidado							
Imposto de renda	2.417	3.072	4.952	33.631	16.792	270.060	330.924
Contribuição social	870	1.106	1.783	12.107	6.045	97.221	119.132
Total	3.287	4.178	6.735	45.738	22.837	367.281	450.056

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2014 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.263.607)	(799.596)	(952.680)	(653.227)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	429.626	271.863	323.911	222.097
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(310.631)	(201.821)	(846)	-
Prejuízo fiscal das subsidiárias integrais	(55.624)	(8.663)	(56.882)	(9.157)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	(68)	(12.340)	(8.716)	(13.512)
Receitas não tributáveis (despesas não dedutíveis), líquidas	(7.413)	981	(164.330)	(119.208)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(59.020)	(49.464)	(75.224)	(41.150)
Juros sobre o capital próprio	(5.954)	(3.563)	11.848	2.655
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	16.924	10.410	(216.884)	(110.001)
Utilização de créditos fiscais para liquidação de débitos do Refis	9.598	-	22.522	-
Débito incluído no Refis	-	(4.354)	-	(4.354)
Incentivos fiscais	-	-	-	1.267
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	17.438	3.049	(164.601)	(71.363)
Imposto de renda e contribuição social corrente	74	(7.305)	(120.784)	(96.807)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.364	10.354	(43.817)	25.444
	17.438	3.049	(164.601)	(71.363)
Taxa efetiva	-	-	17,28%	10,92%

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Perdas diferidas de transação de <i>sale-leaseback</i> de aeronaves (*)	-	-	26.525	35.449
Pagamentos de prêmios de <i>hedge</i>	-	-	-	1.532
Pré-pagamentos de arrendamentos	-	-	44.093	27.238
Pré-pagamentos de seguros	532	438	21.408	16.970
Pré-pagamentos de comissões	-	-	16.204	18.509
Outros	-	-	9.573	7.483
	532	438	117.803	107.181
Circulante	532	438	99.556	80.655
Não circulante	-	-	18.247	26.526

(*) Relativas a 11 aeronaves 737-800 *Next Generation* de transações de *sale-leaseback* realizadas de 2006 a 2009. Para maiores informações, vide nota explicativa nº29b.

10. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais (a)	26.706	20.170	266.686	217.540
Depósito de manutenção (b)	-	-	343.688	412.488
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento (c)	-	-	183.134	217.680
	26.706	20.170	793.508	847.708

a) Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias relativas a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios que estão relacionados. Parte dos valores bloqueados judicialmente referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, de processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer outra parte relacionada (processos de terceiros). Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que ocorrem tais bloqueios é demandada a sua exclusão e respectiva liberação dos recursos bloqueados. Em 31 de dezembro de 2014 os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig e processos de terceiros são de R\$85.558 e R\$66.970 respectivamente (R\$71.457 e R\$52.343 em 31 de dezembro de 2013).

b) Depósitos de manutenção

A Companhia e suas controladas VRG e Webjet efetuaram depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia e suas controladas, como arrendatárias, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia e suas controladas detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

c) Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia e suas controladas

realizam depósitos em garantia, em dólar norte-americano, às empresas de arrendamento cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos.

11. Transações com partes relacionadas

a) Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

Controladora

A Companhia mantém mútuos ativos e passivos com a VRG, sem previsão de juros, vencimento, avais e garantias, conforme quadro abaixo:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
GLAI com VRG	52.778	49.961	4.129	-
GAC com VRG (*)	-	-	129.658	113.741
LuxCo com VRG	-	-	17.621	-
	52.778	49.961	151.408	113.741

(*) Os mútuos que a Companhia mantém com a GAC são atualizados por variação cambial do dólar norte-americano.

Adicionalmente, a Controladora possui mútuos entre: Finance (ativo) com Gol LuxCo (passivo) e Gol LuxCo (ativo) com GAC (passivo), no montante de R\$526.791. Tais operações são eliminadas na Controladora, uma vez que estas transações foram realizadas nas entidades no exterior consideradas como uma extensão das operações da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a VRG transferiu para a LuxCo a dívida do Bônus Sênior com vencimento em 2023, juntamente com a obrigatoriedade da liquidação da obrigação, conforme nota explicativa nº17. Como contrapartida pela assunção da obrigação, além do recebimento imediato de recursos financeiros no montante de R\$93.450, a LuxCo também celebrou com a VRG um contrato de mútuo passivo cujo montante de R\$17.621, que corresponde ao saldo remanescente da obrigação assumida.

b) Serviços de transportes e de consultoria

Todos os contratos relacionados a serviços de transportes e consultoria são mantidos pela controlada VRG. As empresas ligadas a esses serviços são:

- i. Breda Transportes e Serviços S.A., para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de colaboradores, com vencimento em 31 de maio de 2015. Os preços podem ser reajustados a cada 12 meses por igual exercício mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes e com correção anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M").
- ii. Expresso União Ltda., para a prestação de serviços de transporte de colaboradores, com vigência até o dia 01 de agosto de 2016.
- iii. Serviços Gráficos S.A., prestação de serviços gráficos, com vigência até 01 de julho de 2015.
- iv. Pax Participações S.A., para prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência até 30 de abril de 2015.
- v. Vaud Participações S.A. para prestação de serviços de administração e gestão executiva, com vigência até 01 de outubro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a ser pago às empresas ligadas era de R\$3.286 (R\$1.008 em 31 de dezembro de 2013), incluso no saldo de fornecedores, e refere-se substancialmente à Breda Transportes e Serviços S.A..

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a controlada VRG reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$13.319 (R\$12.774 em 31 de dezembro de 2013).

c) Contratos de abertura de conta UATP ("Universal Air Transportation Plan") com concessão de limite de crédito

Em setembro de 2011, a controlada VRG firmou contratos com as partes relacionadas Pássaro Azul Taxi Aéreo Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., ambos em vigor por prazo indeterminado, com a finalidade de emitir créditos de R\$20 e R\$40, respectivamente, para utilização no sistema UATP ("Universal Air Transportation Plan"). A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

d) Contrato de financiamento de manutenção de motores

A controlada VRG possui uma linha de financiamento de serviços de manutenção de motores, cuja captação ocorre através da emissão de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas"). Em 31 de dezembro de 2014, a VRG possui duas séries de Notas Garantidas para esta finalidade, emitidas em 11 de março de 2013 e 14 de fevereiro de 2014, cujos vencimentos serão em 2 anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os gastos com manutenção de motores realizados junto à oficina da *Delta Air Lines* foram de R\$115.653 (R\$95.647 em 31 de dezembro de 2013).

e) Contrato de parceria comercial estratégica

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica para cooperação comercial de longo prazo junto à Airfrance-KLM, com o objetivo de aprimorar as atividades de vendas conjuntas e ampliar o compartilhamento de voos e benefícios aos clientes, por meio dos programas de milhagens de ambas as companhias no mercado brasileiro e europeu. O contrato prevê o investimento de incentivo na Companhia no valor total de R\$112.152, cujo pagamento foi dividido em três parcelas: a primeira parcela, no valor de R\$74.506 foi recebida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a segunda e a terceira parcelas, ambas no valor de R\$16.519, serão recebidas em junho de 2015 e 2016, respectivamente. O contrato possui prazo de 5 anos, prazo pelo qual o incentivo será amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui receitas diferidas no valor de R\$22.430 e R\$71.030 classificadas como "Outras obrigações" no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

f) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	31/12/2014	31/12/2013
Salários e benefícios	28.976	32.679
Encargos sociais	4.388	2.486
Remuneração baseada em ações	4.363	4.836
	<u>37.727</u>	<u>40.001</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

12. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opções") e o Plano de Ações Restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo.

GLAI

a) Plano de opção de compra de ações

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão e em até 10 anos, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA, e o valor justo da opção de ação é estimado na data de sua concessão utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes*, conforme segue:

Plano de Opção de Compra de Ações									
Ano da opção	Reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço médio de exercício (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2005	09/12/2004	87.418	4.965	33,06	29,22	32,52%	0,84%	17,23%	1
2006	02/01/2006	99.816	13.220	47,30	51,68	39,87%	0,93%	18,00%	2
2007	31/12/2006	113.379	14.962	65,85	46,61	46,54%	0,98%	13,19%	3
2008	20/12/2007	190.296	41.749	45,46	29,27	40,95%	0,86%	11,18%	4
2009 (a)	04/02/2009	1.142.473	20.414	10,52	8,53	76,91%	-	12,66%	5
2010 (b)	02/02/2010	2.774.640	1.097.811	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	6
2011	20/12/2010	2.722.444	1.011.614	27,83	16,07 (c)	44,55%	0,47%	10,25%	6
2012	19/10/2012	778.912	536.330	12,81	5,32 (d)	52,25%	2,26%	9,00%	8
2013	13/05/2013	802.296	572.616	12,76	6,54 (e)	46,91%	2,00%	7,50%	9
2014	12/08/2014	653.130	548.061	11,31	7,98 (f)	52,66%	3,27%	11,00%	10
		9.364.804	3.861.742	19,44					7,23

(a) Em abril de 2010 foram outorgadas 216.673 ações em complemento ao plano de 2009.

(b) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.

(c) O valor justo é calculado pela média dos valores R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos períodos de *vesting* (2011, 2012 e 2013).

(d) O valor justo é calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).

(e) O valor justo é calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).

(f) O valor justo é calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de (2014, 2015 e 2016).

A movimentação total das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	3.463.462	20,66

Opções concedidas	653.130	11,31
Opções exercidas	(63.949)	12,81
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos perdidos	(190.901)	15,24
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	3.861.742	19,44
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2013	2.609.906	24,39
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2014	3.235.562	20,93

b) Plano de ações restritas

O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012. A transferência das ações restritas aos seus beneficiários se realizará ao término de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

Plano de ações restritas					
Ano da ação	Reunião do Conselho de Administração	Total de ações outorgadas	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Taxa de retorno livre de risco
2012	13/11/2012	589.304	9,70	52,25%	9,0%
2013	13/05/2013	712.632	12,76	46,91%	7,5%
2014	12/08/2014	804.073	11,31	52,66%	11,0%
		2.106.009			

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia transferiu 55.343 ações restritas aos beneficiários do plano, que corresponde ao montante de R\$759.

Smiles

Plano de opção de compra de ações

O Plano de Opções da controlada Smiles foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 22 de fevereiro de 2013, e, em 8 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Smiles aprovou a outorga de 260.020 opções de ações em benefício dos funcionários da VRG.

A volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis do índice BOVESPA, e o valor justo da opção de ação é estimado na data de sua concessão utilizando o modelo de precificação Black-Scholes, conforme premissas a seguir:

Plano de Opção de Compra de Ações								
Ano da opção	Reunião do Conselho de Administração	Total de opções outorgadas	Preço de exercício da opção (em reais)	Valor justo médio da opção na data da concessão (em reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Duração da opção (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%	10
2014	04/02/2014	1.150.000	31,28	4,90 (b)	33,25%	10,67%	9,90%	10
		2.208.043						

- (a) Média do valor justo em reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,84, R\$4,20 e R\$3,73 para os exercícios de *vesting* de 2013 a 2016.
- (b) Média do valor justo em reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,17 para os exercícios de *vesting* de 2014 a 2018.

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	1.058.043	21,70
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos perdidos	(524.760)	26,66
Opções concedidas	1.150.000	31,28
Opções exercidas	(335.357)	16,80
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	1.347.926	28,75

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou no patrimônio líquido a título de remuneração baseada em ações no montante de R\$9.084 atribuído aos acionistas controladores, sendo R\$1.503 relativo à Smiles e R\$1.254 aos acionistas não controladores (R\$6.183 atribuído aos acionistas controladores e R\$905 aos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2013) para os planos apresentados acima, com a contrapartida no resultado como custo de pessoal.

13. Investimentos

Os investimentos nas empresas controladas no exterior GAC, Finance e Gol LuxCo foram considerados na essência uma extensão da Companhia e são somados linha a linha com a controladora GLAI. Dessa forma, somente a Smiles, a VRG e a Gol Dominicana são equiparadas como investimentos na controladora GLAI.

Em 21 de janeiro de 2014, a controlada Smiles S.A. adquiriu a parcela de 25% sobre o capital total da Netpoints Fidelidade S.A., com consequente diluição de participação em 21,3% em junho de 2014. O saldo de investimentos no consolidado é decorrente desta transação, juntamente com o investimento na SCP Trip, e são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora				Consolidado		
	Gol Dominicana	VRG	Smiles	Total	Trip	Netpoints	Total
Quantidade total de ações	-	4.251.383.432	122.509.269	-	-	60.492.404	-
Capital social	6.225	3.343.381	137.996	-	1.318	63.451	-
Percentual de participação	100,0%	100,0%	54,3%	-	60,0%	21,3%	-
Patrimônio líquido total	1.197	(36.201)	406.037	-	3.488	30.072	-
Lucros não realizados (a)	-	-	(27.805)	-	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	1.197	(36.201)	192.819	-	2.092	6.391	-
Resultado líquido do exercício	(3.701)	(1.055.763)	283.940	-	2.170	(44.513)	-
Lucros não realizados (a)	-	-	(9.210)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício ajustado	(3.701)	(1.055.763)	145.842	-	1.302	(3.791)	-

Movimentação dos investimentos:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	779.168	-	779.168	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.363)	(709.774)	117.545	(593.592)	-	-	-
Resultados não realizados de hedge	-	50.420	-	50.420	-	-	-
Ganhos de capital através de oferta pública de ações	-	-	611.130	611.130	-	-	-
Aumento de capital	1.572	-	-	1.572	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	702	702	-	-	-
Dividendos	-	-	(28.283)	(28.283)	-	-	-
Reservas de capital	-	-	41.792	41.792	-	-	-

Adiantamento para futuro aumento de capital	54	222.990	-	223.044	-	-	-
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i>	-	(1.804)	-	(1.804)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	263	341.000	742.886	1.084.149	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(3.701)	(1.055.763)	145.842	(913.622)	1.302	(3.791)	(2.489)
Variação cambial provenientes de controladas no exterior	36	-	-	36	-	-	-
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	-	(120.551)	-	(120.551)	-	-	-
Alienação de investimento (c)	-	-	(37.949)	(37.949)	-	-	-
Efeitos por alteração de participação societária	-	-	2.063	2.063	-	-	-
Aumento de capital	4.653	1.049.190	-	1.053.843	-	-	-
Redução de capital (d)	-	-	(543.856)	(543.856)	(8)	-	(8)
Remuneração baseada em ações	-	-	1.503	1.503	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(80.693)	(80.693)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	(19.468)	(19.468)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(17.509)	(17.509)	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	630	-	630
Dividendos a receber	-	-	-	-	168	-	168
Valor justo do investimento adquirido (f)	-	-	-	-	-	10.182	10.182
Adiantamento para futuro aumento de capital	(54)	(222.990)	-	(223.044)	-	-	-
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i> (e)	-	(3.682)	-	(3.682)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.197	(12.796)	192.819	181.220	2.092	6.391	8.483

- (a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela VRG.
- (b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total reduzido dos lucros não realizados.
- (c) Refere-se à baixa do custo de investimento pelo exercício de opção de compra de ações pela G.A..
- (d) A controlada Smiles reduziu seu capital social no valor total de R\$1.000.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e a parcela relativa à participação da Companhia decorrente desta redução foi de R\$543.856.
- (e) A controlada GAC possui um saldo líquido de perdas e ganhos diferidos com operações de *sale-leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento de parcelas contratuais efetuadas pela VRG. Dessa forma, o saldo líquido é na essência parte do investimento líquido da controladora na VRG. O saldo líquido a ser diferido em 31 de dezembro de 2014 era de R\$23.406 (R\$27.088 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº29b.
- (f) Não inclui a parcela do ágio de rentabilidade futura de R\$15.183, registrado na rubrica de "intangível".

Efeitos da alteração de participação societária - Smiles S.A.

Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia alienou à General Atlantic S.A. ("G.A.") o total de 3.433.476 de ações da Smiles S.A. por meio do exercício de opção de compra conforme acordo de investimento celebrado entre a Companhia e a G.A., no montante de R\$80.000. Com o exercício dessas opções, a Companhia reduziu sua participação sobre a Smiles, passando a deter 54,5% frente a 57,3% e mantendo-se na posição de acionista controlador. O ganho decorrente dessa alienação parcial do investimento foi reconhecido no patrimônio líquido na rubrica de "Ganhos por alienação de participação societária". Esse ganho também é composto pela baixa do montante de R\$46.216 anteriormente registrado no passivo circulante como instrumento financeiro derivativo. Os valores relativos à transação são apresentados abaixo:

Ações alienadas	3.433.476
Valor do investimento por ação	11,05
Valor de venda	80.000
Baixa do custo do investimento	(37.949)
Valor justo da opção de compra de ações - G.A.	46.216
Imposto de renda sobre ganho de capital (*)	(14.297)

Ganho apurado na alienação do investimento

73.970

(*) Refere-se à alíquota de 25% de IRPJ e 9 % de CSLL.

14. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. Ao invés disso, os acionistas preferenciais possuem o direito de receber dividendos por ação pelo mesmo valor dos dividendos por ação pagos aos detentores de ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que, substancialmente, não há diferença entre ações preferenciais e ordinárias e, portanto, a metodologia de cálculo do resultado por ação básico e diluído deve ser a mesma para os dois tipos de ações.

Consequentemente, o resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado líquido pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O cálculo de resultado por ação diluído é computado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários-chave pelo o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo. O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações não são consideradas no cálculo do resultado por ação dilutivo.

	Controladora			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Numerador				
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(644.841)	(601.328)	(414.222)	(382.325)
Efeito dos títulos dilutíveis - Smiles (a)	(172)	(162)	(63)	(59)
	(645.013)	(601.490)	(414.285)	(382.384)
Denominador				
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	5.035.037	134.151	5.035.037	132.780

Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluída (em milhares)	5.035.037	134.151	5.035.037	132.780
Prejuízo básico por ação (b)	(0,128)	(4,482)	(0,082)	(2,879)
Prejuízo diluído por ação (b)	(0,128)	(4,482)	(0,082)	(2,880)

- (a) A Smiles possui outorgas de opções de compras de ações em favor seus colaboradores. Estes instrumentos patrimoniais possuem efeito dilutivo no resultado por ação impactando, portanto, o prejuízo utilizado como base de cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, conforme determinado no pronunciamento técnico CPC nº 41.
- (b) A média ponderada considera o desdobramento de uma ação ordinária para 35 ações ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 23 de março de 2015, em conformidade com o CPC 41 (IAS 33). O resultado por ação apresentado reflete o poder econômico de cada classe de ação.

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas. O resultado diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro, como por exemplo, os planos de remuneração baseada em ações, descritos na nota explicativa nº12. No entanto, em razão do prejuízo apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não são considerados na quantidade total de ações em circulação.

15. Imobilizado

Controladora

O saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves e refere-se aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 21 aeronaves 737-800 Next Generation (30 aeronaves em 31 de dezembro de 2013) e 109 aeronaves 737-MAX (109 aeronaves em 31 de dezembro de 2013) no valor de R\$434.387 (R\$463.532 em 31 de dezembro de 2013) e ao direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$427.300 (R\$427.300 em 31 de dezembro de 2013), ambos realizados pela controlada GAC.

Consolidado

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2014		31/12/2013	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de voo					
Imobilizado sob arrendamento financeiro (a)	4%	3.089.774	(1.010.050)	2.079.724	2.175.697
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4%	1.120.686	(365.046)	755.640	710.337
Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves	30%	948.704	(750.345)	198.359	287.038
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	2.047	(1.207)	840	956
Ferramentas	10%	29.053	(15.302)	13.751	15.327
		5.190.264	(2.141.950)	3.048.314	3.189.355
Perdas por redução ao valor recuperável (b)	-	(33.381)	-	(33.381)	(26.348)
		5.156.883	(2.141.950)	3.014.933	3.163.007
Imobilizado de uso					
Veículos	20%	10.067	(8.358)	1.709	1.946
Máquinas e equipamentos	10%	50.451	(24.804)	25.647	28.237
Móveis e utensílios	10%	20.893	(13.802)	7.091	7.738
Computadores e periféricos	20%	37.312	(26.372)	10.940	9.661

Equipamentos de comunicação	10%	2.494	(1.462)	1.032	1.110
Instalações	10%	4.360	(3.636)	724	1.026
Centro de manutenção - Confin	10%	105.971	(47.017)	58.954	69.759
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	51.899	(41.602)	10.297	13.242
Obras em andamento	-	14.510	-	14.510	8.670
		297.957	(167.053)	130.904	141.389
		5.454.840	(2.309.003)	3.145.837	3.304.396
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	456.197	-	456.197	467.763
		5.911.037	(2.309.003)	3.602.034	3.772.159

- (a) As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro que possuem opção de compra ao final do contrato são depreciadas linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual de 20%, estimado com base nos valores de mercado.
- (b) Refere-se a provisões constituídas pela Companhia para que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo (*)	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2012	2.224.036	1.008.972	481.289	171.502	3.885.799
Adições	106.101	318.707	411.584	6.570	842.962
Baixas	-	(8.223)	(425.110)	(3.056)	(436.389)
Depreciação	(154.440)	(332.146)	-	(33.627)	(520.213)
Em 31 de dezembro de 2013	2.175.697	987.310	467.763	141.389	3.772.159
Adições	60.679	189.917	482.911	18.064	751.571
Baixas	(304)	(5.064)	(494.477)	(46)	(499.891)
Depreciação	(156.348)	(236.954)	-	(28.503)	(421.805)
Em 31 de dezembro de 2014	2.079.724	935.209	456.197	130.904	3.602.034

(*) As adições representam fundamentalmente: (i) o total de custos estimados a incorrer relativos a benfeitorias realizadas em aeronaves cuja reconfiguração ocorrerá no momento da devolução; (ii) custos capitalizados relativos a grandes manutenções em motores.

16. Intangível

	Ágio	Marca (a)	Direitos de operação em aeroportos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	542.302	6.348	1.038.900	112.381	1.699.931
Adições	-	-	-	51.035	51.035
Baixas	-	(6.348)	-	(9.675)	(16.023)
Amortizações	-	-	-	(40.753)	(40.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	542.302	-	1.038.900	112.988	1.694.190
Adições	15.183 (b)	-	-	46.308	61.491
Baixas	-	-	-	(4)	(4)
Amortizações	-	-	-	(41.491)	(41.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	557.485	-	1.038.900	117.801	1.714.186

- (a) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reavaliou o valor da marca Varig considerando circunstâncias relacionadas às intenções da Administração em interromper a exploração da marca, que levaram a Companhia a baixar o valor residual deste ativo.
- (b) Refere-se ao ágio apurado pela diferença entre o valor pago e a parcela do patrimônio líquido da Netpoints atribuída à Smiles.

17. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante						
<u>Em moeda nacional:</u>						
BNDES - Direto (a)	Jul, 2017	TJLP+1,40% a.a.	-	-	3.111	3.088
BDMG (b)	Mar, 2018	-	-	-	-	5.203
Debêntures IV (c)	Set, 2018	128% da taxa DI	-	-	166.974	-
Debêntures Smiles (d)	Jul, 2015	115% da taxa DI	-	-	347.484	-
Safra (e)	Mai, 2018	128% da taxa DI	-	-	16.357	32.299
Juros	-	-	-	-	10.153	19.689
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>						
J.P. Morgan (f)	Fev, 2016	0,91% a.a.	-	-	54.213	51.524
Finimp (g)	Nov, 2015	3,86% a.a.	-	-	117.598	5.838
Engine Facility (Cacib) (h)	Jun, 2021	Libor 3m+2,25% a.a.	-	-	14.048	-
Juros	-	-	56.619	47.488	55.470	63.360
			56.619	47.488	785.408	181.001
Arrendamento financeiro	Jul, 2025	5,00% a.a.	-	-	325.326	259.833
Total circulante			56.619	47.488	1.110.734	440.834
Não circulante						
<u>Em moeda nacional:</u>						
BNDES - Direto (a)	Jul, 2017	TJLP+1,40% a.a.	-	-	4.904	8.001
BDMG (b)	Mar, 2018	-	-	-	-	15.704
Debêntures IV (c)	Set, 2018	128% do CDI	-	-	443.076	597.741
Debêntures V (i)	Jun, 2017	128% do CDI	-	-	490.625	495.726
Safra (e)	Mai, 2018	128% da taxa DI	-	-	82.585	65.555
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>						
J.P. Morgan (f)	Fev, 2016	0,91% a.a.	-	-	13.566	1.540
Engine Facility (Cacib) (h)	Jun, 2021	Libor 3m+2,25% a.a.	-	-	158.447	-
Bônus Sênior I (j)	Abr, 2017	7,50% a.a.	223.543	491.946	223.543	491.946
Bônus Sênior II (k)	Jul, 2020	9,25% a.a.	408.663	691.028	408.663	691.028
Bônus Sênior III (l)	Fev, 2023	10,75% a.a.	93.450	-	82.970	426.489
Bônus Sênior IV (m)	Jan, 2022	8,87% a.a.	841.313	-	841.313	-
Bônus Perpétuos (n)	-	8,75% a.a.	531.240	468.520	475.460	419.326
			2.098.209	1.651.494	3.225.152	3.213.056
Arrendamento financeiro	Jul, 2025	5,00% a.a.	-	-	1.899.353	1.935.495
Total não circulante			2.098.209	1.651.494	5.124.505	5.148.551
Total			2.154.828	1.698.982	6.235.239	5.589.385

- (a) Linha de crédito captada em 27 de junho de 2012, com a finalidade de financiamento do Centro de Manutenção de Aeronaves ("CMA").
- (b) Linha de crédito captada em 29 de março de 2012 para financiamento da ampliação do Centro de Manutenção de Confinos e construção da Oficina de Freios em Lagoa Santa. Mais informações no item b)i.
- (c) Emissão de 600 debêntures em 30 de setembro de 2010, cujos recursos foram utilizados pra suprir a necessidade de capital de giro na controlada VRG. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 20 de junho de 2014, foi aprovada a prorrogação da amortização das debêntures de 30 de setembro de 2015 para 30 de setembro de 2018 e alteração da remuneração de 118% para 128% do CDI.
- (d) Emissão de 60.000 debêntures em 15 de julho de 2014, cujos recursos captados foram destinados para a redução de capital na Smiles ocorrida na mesma data.
- (e) O montante total do financiamento em 31 de dezembro de 2014 era de R\$98.942 com depósitos em garantia vinculados no valor de R\$42.040, conforme destacado na nota explicativa nº5. Em 16 de dezembro de 2014, foi firmado o aditamento do contrato de financiamento que contemplou a extensão dos pagamentos em seis parcelas do valor remanescente de R\$100.000, sem custos adicionais.
- (f) Emissão de 2 séries de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, em 11 de março de 2013 e 14 de fevereiro de 2014.
- (g) Linha de crédito junto ao Banco do Brasil e Banco Safra, utilizada para financiar a importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Para mais informações, vide item b)iii.

- (h) Linha de crédito captada em 30 de junho de 2014 junto ao *Credit Agricole*. Mais informações no item b)v.
- (i) Emissão de 500 debêntures em 10 de junho de 2011, cujos recursos foram utilizados pra suprir a necessidade de capital de giro na controlada VRG. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 20 de junho de 2014, houve a alteração da remuneração de 118% para 128% do CDI.
- (j) Emissão do Bônus pela controlada Finance em 22 de março de 2007, cujos recursos captados têm a finalidade de financiar pré-pagamentos para aquisição de aeronaves. Para maiores informações, vide item b)vii.
- (k) Emissão do Bônus pela controlada Finance em 13 de julho de 2010 para pagamento de dívidas.
- (l) Emissão do Bônus pela controlada VRG em 07 de fevereiro de 2013 com a finalidade de financiar pré-pagamentos de dívidas a vencer nos 3 anos seguintes. O Bônus foi transferido em sua totalidade para a LuxCo, juntamente com os recursos captados na ocasião de sua emissão, e parte do montante captado foi liquidado antecipadamente conforme item b)vii.
- (m) Emissão do Bônus pela controlada LuxCo em 24 de setembro de 2014 com a finalidade de financiar a recompra parcial dos bônus sênior I, II e III.
- (n) Emissão do Bônus pela controlada Finance em 05 de abril de 2006 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Sem vencimento	Total
Controladora							
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>							
Bônus Sênior I	-	223.543	-	-	-	-	223.543
Bônus Sênior II	-	-	-	-	408.663	-	408.663
Bônus Sênior III	-	-	-	-	93.450	-	93.450
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	841.313	-	841.313
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	531.240	531.240
Total	-	223.543	-	-	1.343.426	531.240	2.098.209
Consolidado							
<u>Em moeda nacional:</u>							
BNDES - Direto	3.097	1.807	-	-	-	-	4.904
Safrá	33.333	33.333	15.919	-	-	-	82.585
Debêntures IV	47.792	47.792	347.492	-	-	-	443.076
Debêntures V	245.313	245.312	-	-	-	-	490.625
<u>Em moeda estrangeira (US\$):</u>							
J.P. Morgan	13.566	-	-	-	-	-	13.566
Engine Facility (Cacib)	14.208	14.208	14.208	14.208	101.615	-	158.447
Bônus Sênior I	-	223.543	-	-	-	-	223.543
Bônus Sênior II	-	-	-	-	408.663	-	408.663
Bônus Sênior III	-	-	-	-	82.970	-	82.970
Bônus Sênior IV	-	-	-	-	841.313	-	841.313
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	475.460	475.460
Total	357.309	565.995	377.619	14.208	1.434.561	475.460	3.225.152

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2014, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Bônus Sênior (*)	1.566.969	1.561.990	1.556.489	1.561.990
Bônus Perpétuos	531.240	445.657	475.460	398.863

(*) Os valores de mercado dos Bônus sênior e Bônus perpétuos são obtidos através de cotações de mercado (Nível 1).

a) Condições contratuais restritivas

Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos de longo prazo (exceto bônus perpétuos e financiamentos de aeronaves) no valor total de R\$2.749.692 (R\$2.793.730 em dezembro de 2013), possuíam cláusulas e restrições contratuais, incluindo, porém não limitados, àquelas que obrigam a Companhia manter a liquidez definida da dívida e da cobertura de despesas com taxa de juros.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) em suas Debêntures IV e V com as seguintes instituições financeiras: Bradesco e Banco do Brasil, devendo efetuar medições destes indicadores semestralmente. Em 31 de dezembro de 2014, as Debêntures IV e V possuíam as seguintes cláusulas restritivas: (i) dívida líquida/EBITDA abaixo de 4,58 e (ii) índice de cobertura da dívida (CID) de pelo menos 1,00. Segundo as últimas medições realizadas em 31 de dezembro de 2014, os índices obtidos foram de: (i) dívida líquida/EBITDA de 3,83; e (ii) índice de cobertura da dívida (CID) de 1,21. Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia encontra-se em conformidade com os limites estabelecidos nas cláusulas restritivas. A próxima medição será realizada na data base de 30 de junho de 2015.

b) Novos empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, realizou liquidações e novas captações de empréstimos e emissão de debêntures e bônus sênior, conforme abaixo:

i. Liquidação antecipada BDMG: A controlada VRG liquidou antecipadamente o financiamento com vencimento em março de 2018 através de recursos próprios, no montante de R\$19.369.

ii. Emissão debêntures Smiles: Em 15 de julho de 2014 foi realizada a 1ª emissão pela Smiles de debêntures simples não conversíveis em ações no valor total de R\$600.000 e custos de captação de R\$7.023, com hipótese de vencimento e resgate antecipado. Tais debêntures não possuem cláusulas restritivas e tem como garantia valores mantidos em conta vinculada.

iii. Financiamento à Importação (Finimp): A controlada VRG captou recursos por meio de financiamentos ao longo do exercício, e como garantia das operações houve a colocação de notas promissórias. As informações estão conforme abaixo:

Data da captação	Instituição financeira	Montante captado (US\$)	Montante captado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento
22/11/2013	Banco do Brasil	2.693	6.259	4,56% a.a.	12/11/2015
20/02/2014	Banco do Brasil	6.557	15.806	4,67% a.a.	13/02/2015
14/03/2014	Banco do Brasil	6.019	14.115	4,66% a.a.	09/03/2015
03/04/2014	Banco Safra	8.156	18.280	3,01% a.a.	30/03/2015
16/07/2014	Banco do Brasil	9.638	21.397	4,20% a.a.	10/07/2015
01/08/2014	Banco Safra	10.436	23.594	3,08% a.a.	27/07/2015

iv. Financiamento de motores (Engine Facility): A controlada VRG obteve um financiamento no montante de US\$68.076 junto ao Credit Agricole Corporate and Investment Bank ("Cacib"), com garantia de doze motores próprios de reposição CFM56-7B, e possibilidade de aumento adicional do financiamento em US\$100.000 (equivalente a R\$220.000 na data da captação) mediante inclusão de entregas futuras de motores próprios. Esta captação tem o intuito de manutenção da posição de liquidez e redução do custo de dívida da Companhia.

v. Financiamento de manutenção de motores (J.P. Morgan): A controlada VRG obteve um financiamento no montante de R\$40.724 (US\$17.022 na data da captação) com amortização e pagamentos de juros trimestrais e custos de emissão de US\$2.180 (R\$5.215 na data da captação) e garantia financeira do Export-Import Bank of the United States ("Ex-Im Bank").

vi. Emissão de Bônus Sênior IV: A controlada LuxCo emitiu bônus sênior no valor de R\$796.575 (US\$325.000 na data da captação) com garantia fidejussória da Companhia, e poderão ser resgatados pelo valor de face após 4 anos da data de emissão.

vii. Recompra de Bônus Sênior: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia recomprou e cancelou, antecipadamente, parte dos Bônus Sênior I, II e III, através de recursos próprios. As informações relativas a essas operações estão discriminadas a seguir:

Bond	Data da recompra	Taxa de juros (a.a.)	Valor em US\$	Valor em R\$	Despesa financeira em 31/12/2014
Sênior I	29/07/2014	7,50%	88.162	196.407	12.747
Sênior I	25/09/2014	7,50%	37.679	90.750	6.589
Sênior II	25/09/2014	9,25%	141.565	341.749	17.488
Sênior III	30/06/2014	10,75%	20.255	44.612	1.795
Sênior III	29/07/2014	10,75%	98.909	224.266	21.140
Sênior III	24/09/2014	10,75%	45.654	109.958	5.195
			432.224	1.007.742	64.954

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos remanescentes das dívidas corresponderam a US\$84.159 (equivalente a R\$223.543) para o Sênior I, US\$158.107 (equivalente a R\$408.663) para o Sênior II e US\$35.182 (equivalente a R\$82.970) para o Sênior III.

c) Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro são indexados em dólar norte-americano e estão detalhados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	356.642
2015	417.149	362.099
2016	399.179	352.050
2017	369.429	325.813
2018	363.110	320.240
2019 em diante	1.001.069	862.149
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.549.936	2.578.993
Menos total de juros	(325.257)	(383.665)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	2.224.679	2.195.328
Menos parcela do circulante	(325.326)	(259.833)
Parcela do não circulante	1.899.353	1.935.495

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 5,00% em 31 de dezembro de 2014 (5,20% em 31 de dezembro de 2013). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos mercantis financeiros para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2014, os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$164.446 (R\$123.879 em 31 de dezembro de 2013) e estão somados na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante.

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários e ordenados	-	-	158.216	135.027
INSS e FGTS a recolher	511	1.088	67.189	45.630
Plano de participação nos resultados	-	-	24.984	51.650
Outras obrigações com empregados	8	4	5.051	1.277
	519	1.092	255.440	233.584

19. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PIS e COFINS	-	-	36.277	37.926
REFIS (*)	-	13.872	-	32.490
IRRF sobre salários	-	1	27.841	23.175
ICMS	-	-	36.212	32.440
Imposto sobre importação	-	-	3.467	3.467
CIDE	-	84	1.480	2.686
IOF	-	62	35	62
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	15.791	15.838
Outros	-	4	13.798	7.384
	-	14.023	134.901	155.468
Circulante	-	1.246	100.094	94.430
Não Circulante	-	12.777	34.807	61.038

(*) A Administração optou pela liquidação antecipada dos débitos no montante de R\$13.711 para a GLAI e R\$18.463 para a VRG, conforme disposto na Lei 13.043/2014, sendo que a quitação de 70% dos valores dos débitos foi mediante a utilização de parte de seus créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$9.598 e R\$12.924 para a GLAI e VRG, respectivamente.

Adoção da Lei nº 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/13)

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

Com o objetivo de garantir a neutralidade tributária estabelecida pela Lei nº 11.941, de 2009, uma vez que ocorreram pagamentos de dividendos até a data da publicação da referida Lei, a Administração da GLAI e da subsidiária Smiles S.A. optaram pela adoção antecipada da Lei através da DCTF referente a maio de 2014. Assim, também, está garantida a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com as

disposições da Lei nº 6.404, de 1976, para fins do cálculo do limite previsto em lei dos efeitos fiscais relacionados aos juros sobre o capital próprio.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 para a GLAI e Smiles. Para VRG e Webjet, a Companhia registrará os impactos decorrentes da nova Lei cujos efeitos serão registrados a partir de 01 de janeiro de 2015.

20. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante de R\$1.101.611 (R\$1.219.802 em 31 de dezembro de 2013) é representado por 5.382.145 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (5.951.486 em 31 de dezembro de 2013) com prazo médio de utilização de 40 dias (111 dias em 31 de dezembro de 2013).

21. Programa de milhagem

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de receita diferida do programa de milhagem Smiles era de R\$220.212 (R\$195.935 em 31 de dezembro de 2013) e R\$559.506 (R\$456.290 em 31 de dezembro de 2013) classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, e a quantidade de milhas em aberto correspondia a 42.412.047.693 (39.910.541.087 em 31 de dezembro de 2013).

22. Adiantamento de clientes

A Companhia, por meio da controlada Smiles, realiza vendas antecipadas de milhas e registra na rubrica de “Adiantamento de clientes”. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto referente a estas vendas antecipadas é representado conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Instituições financeiras (*)	1.850	169.649
Outros	1.346	1.755
	3.196	171.404
Circulante	3.196	167.759
Não circulante	-	3.645

(*) Parte do saldo registrado no passivo circulante no montante de R\$1.850 (R\$166.004 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao acordo de venda antecipada de milhas no montante total aproximado de R\$400.000 celebrado em 08 de abril de 2013 com as instituições financeiras Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Santander S.A..

23. Provisões

	Consolidado				
	Provisão para seguros de aeronaves	Provisão para devolução antecipada de aeronaves Webjet (a)	Provisões para devolução de aeronaves e motores VRG e Webjet (b)	Provisão para reestruturação	Processos judiciais (c)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.611	17.889	312.412	36.978	92.940
Provisões adicionais reconhecidas	38.178	12.552	99.976	2.751	21.125
Provisões realizadas	(40.205)	(18.261)	(115.144)	(39.780)	-
Variação cambial	(65)	201	37.665	51	3.500
Saldos em 31 de dezembro de 2013	17.519	12.381	334.909	-	117.565
Provisões adicionais reconhecidas	28.670	-	69.484	-	12.245
Provisões realizadas	(26.045)	(8.845)	(110.235)	-	(26.822)
Reversão de provisões (*)	-	(3.708)	-	-	-
Variação cambial	1.772	172	67.493	-	(895)
Em 31 de dezembro de 2014	21.916	-	361.651	-	102.093
Em 31 de dezembro de 2013					
Circulante	17.519	12.381	169.571	-	-
Não circulante	-	-	165.338	-	117.565
	17.519	12.381	334.909	-	117.565
Em 31 de dezembro de 2014					
Circulante	21.916	-	185.178	-	-
Não circulante	-	-	176.473	-	102.093
	21.916	-	361.651	-	102.093

(*) Refere-se a provisões não realizadas.

a) Provisão para devolução antecipada de aeronaves Webjet

Em 2011, de acordo com o planejamento estratégico da Webjet, foi constituída provisão para devolução antecipada de aeronaves. Esta provisão foi calculada com base no fluxo de devolução de 18 aeronaves referente contratos de arrendamentos operacionais, das aeronaves modelo Boeing 737-300, como parte da renovação da frota da Webjet. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou a devolução de 6 aeronaves com os seguintes prefixos: PR-WJA, PR-WJV, PR-WJB, PR-WJD, PR-WJF e PR-WJH.

b) Devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução considera os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida está capitalizada na rubrica de imobilizado (reconfigurações/benfeitorias de aeronaves), conforme nota explicativa nº15.

c) Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas são partes em 28.738 (8.195 trabalhistas e 20.543 cíveis) processos judiciais e procedimentos administrativos. Os processos judiciais e procedimentos administrativos são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.).

Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue da seguinte maneira:

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais	17.537	396	17.933
Cíveis administrativos	2.600	10	2.610
Trabalhistas judiciais	4.685	3.318	8.003
Trabalhistas administrativos	190	2	192
	25.012	3.726	28.738

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente, em discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Cíveis	55.097	66.294
Trabalhistas	46.996	51.271
	102.093	117.565

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2014, de R\$15.786 para as ações cíveis e R\$2.341 para as ações trabalhistas (R\$13.226 e R\$3.929 em 31 de dezembro de 2013, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Os processos de natureza fiscal abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2014:

- A GLAI vem discutindo judicialmente a não incidência de PIS e COFINS sobre a receita auferida a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$37.750, relativo aos exercícios dos anos de 2006 a 2008, valores pagos por sua controlada GTA Transportes Aéreos S.A., sucedida pela VRG em 25 de setembro de 2008. De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos e com base na jurisprudência ocorrida em fatos recentes, a Companhia classificou este processo com a probabilidade de perda possível, sem constituição de provisão para o valor envolvido.

Adicionalmente, a Companhia mantém junto ao Bic Banco uma carta de crédito com garantia parcial sobre o do valor do processo de R\$21.579 conforme apresentado na nota explicativa nº5.

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$16.470 decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no exercício de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$33.956 referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF (BSSF Air Holdings), no montante de R\$43.246 decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio VRG no montante de R\$17.894 decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.

Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 27.538 que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$ 176.854 em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia e suas controladas estavam discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato.

A Administração entende que a ausência da caracterização da circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS e com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparadas em ações da mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores. Em 31 de dezembro de 2014, o valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$243.293 (R\$229.450 em 31 de dezembro de 2013) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. Em julgamento realizado em 11 de Setembro de 2014, o STF decidiu e pacificou o tema em repercussão geral (aplicável para todos os casos com igual mérito) pela não incidência do ICMS nas importações de mercadorias feitas pelo regime de arrendamento mercantil.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social era representado por 283.173.561 ações, sendo 143.858.204 ações ordinárias e 139.315.357 ações preferenciais. Em 23 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações ordinárias na proporção de 1 (uma) para 35 (trinta e cinco) ações, sem alterações na proporção da composição acionária. Portanto,

a quantidade de ações ordinárias passou de 143.858.204 para 5.035.037.140, alterando a quantidade de ações em circulação para 5.174.352.497. O Fundo de Investimento em Participações Volluto é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias de Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária era como segue:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	100,00%	21,16%	61,22%	100,00%	22,30%	62,38%
Delta Airlines, Inc.	-	5,96%	2,93%	-	6,15%	2,98%
Wellington Management Company	-	-	-	-	10,49%	5,08%
Fidelity Investments	-	5,05%	2,48%	-	5,21%	2,52%
Ações em tesouraria	-	1,50%	0,74%	-	1,59%	0,77%
Outros	-	1,33%	0,65%	-	1,51%	0,73%
Mercado	-	65,00%	31,98%	-	52,75%	25,54%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2014 era de R\$4,0 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2014, foi deliberado o aumento de capital no valor total de R\$116.403, sendo o montante de R\$116.357 proveniente do acordo de cooperação comercial junto à Air France-KLM S.A. ("AirFrance-KLM"), a título de subscrição e integralização de 4.246.620 ações preferenciais da Companhia, cujos custo de emissão totalizaram R\$4.935.

b) Reserva de lucros

O saldo é constituído pela reserva legal que consiste na apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social após realização de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07, limitada a 20% do capital social, de acordo com a legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia.

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado após reservas conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76). A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos em dinheiro somente de lucros retidos não apropriados e certas reservas registradas nos livros contábeis da Companhia.

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui 2.083.875 ações em tesouraria, totalizando R\$31.357, com valor de mercado de R\$31.633 (R\$32.116 em ações com valor de mercado de R\$22.499 em 31 de dezembro de 2013).

e) Remuneração baseada em ações

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da reserva de remuneração baseada em ações era de R\$93.763 (R\$85.438 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia registrou uma despesa no montante de R\$9.084 atribuível aos acionistas controladores, sendo R\$1.503 relativo à controlada Smiles, e R\$1.254 aos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$6.183 atribuível aos acionistas controladores e R\$905 aos acionistas não controladores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A marcação a valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2014 corresponde a uma perda líquida de impostos de R\$138.713 (perda líquida de R\$18.162 em 31 de dezembro de 2013) conforme nota explicativa nº30.

g) Custos com emissão de ações

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de custo com emissão de ações era de R\$36.886 na controladora e R\$150.214 no consolidado (R\$31.951 na controladora e R\$145.279 no consolidado em 31 de dezembro de 2013). Em 12 de agosto de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$4.935 referente aos custos de emissão das ações resultantes do aumento de capital proveniente da AirFrance-KLM, conforme nota explicativa nº24a.

25. Receita de vendas

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Transporte de passageiros	9.432.810	8.399.652
Transporte de cargas	332.464	332.059
Outras receitas (*)	887.268	748.610
Receita bruta	10.652.542	9.480.321
Impostos incidentes	(586.328)	(524.109)
Receita líquida	10.066.214	8.956.212

(*) Do montante total, R\$463.043 é composto por receitas de taxas de não comparecimento de passageiros, remarcação e cancelamento de passagens (R\$404.017 em 31 de dezembro de 2013) e R\$181.767 é relacionado às receitas provenientes do programa de milhagem (R\$109.073 em 31 de dezembro de 2013).

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

A receita por segmento geográfico é como segue:

	Consolidado			
	31/12/2014	%	31/12/2013	%
Doméstico	8.871.325	88,1	8.140.302	90,9
Internacional	1.194.889	11,9	815.910	9,1
Receita líquida	10.066.214	100,0	8.956.212	100,0

26. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Controladora			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Total	%	Total	%
Pessoal (a)	(6.104)	(10,3)	(7.705)	(8,5)
Prestação de serviços	(4.867)	(8,2)	(9.718)	(10,7)
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	72.295	122,0	116.710	128,6
Outras despesas	(2.075)	(3,5)	(8.555)	(9,4)
	59.249	100,0	90.732	100,0

	Consolidado					
	31/12/2014					
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%
Pessoal (a)	(1.164.048)	(43.089)	(166.959)	-	(1.374.096)	14,4
Combustíveis e lubrificantes	(3.842.276)	-	-	-	(3.842.276)	40,2
Arrendamento de aeronaves	(844.571)	-	-	-	(844.571)	8,8
Seguro de aeronaves	(22.411)	-	-	-	(22.411)	0,2
Material de manutenção e reparo	(511.042)	-	(3)	-	(511.045)	5,3
Prestação de serviços	(362.361)	(127.382)	(257.704)	-	(747.447)	7,8
Comerciais e publicidade	-	(666.319)	(1.053)	-	(667.372)	7,0
Tarifas de pouso e decolagem	(613.153)	-	-	-	(613.153)	6,4
Depreciação e amortização	(397.812)	-	(65.484)	-	(463.296)	4,8
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	72.295	72.295	(0,8)
Outras, líquidas	(389.528)	(40.350)	(115.532)	-	(545.410)	5,9
	(8.147.202)	(877.140)	(606.735)	72.295	(9.558.782)	100,0

	Consolidado					
	31/12/2013					
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais	Total	%
Pessoal (a)	(1.002.471)	(72.085)	(258.906)	-	(1.333.462)	15,3
Combustíveis e lubrificantes	(3.610.822)	-	-	-	(3.610.822)	41,6
Arrendamento de aeronaves	(699.193)	-	-	-	(699.193)	8,0
Seguro de aeronaves	(20.222)	-	-	-	(20.222)	0,2
Material de manutenção e reparo	(460.805)	-	-	-	(460.805)	5,3
Prestação de serviços	(302.204)	(109.079)	(188.196)	-	(599.479)	6,9
Comerciais e publicidade	-	(516.059)	-	-	(516.059)	5,9
Tarifas de pouso e decolagem	(566.541)	-	-	-	(566.541)	6,5
Depreciação e amortização	(484.479)	(6)	(76.481)	-	(560.966)	6,5
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	116.710	116.710	(1,3)
Outras, líquidas	(329.672)	(28.210)	(81.502)	-	(439.384)	5,1
	(7.476.409)	(725.439)	(605.085)	116.710	(8.690.223)	100,0

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração na rubrica de "Pessoal".

(b) O montante de R\$72.925 (R\$116.710 em 31 de dezembro de 2013) é composto pelos ganhos reconhecidos integralmente e as perdas diferidas com transações de *sale-leaseback*, relativas a 9 de aeronaves durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (15 aeronaves no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Ganhos com instrumentos derivativos	-	-	225.481	413.319
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	6.100	4.677	148.639	149.505
Variações monetárias	2.236	6.129	22.423	15.198
Outros	3.933	12.505	11.173	24.502
	12.269	23.311	407.716	602.524
Despesas financeiras				
Perdas com instrumentos derivativos (a)	(15.901)	(30.315)	(684.712)	(363.736)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	(177.723)	(152.176)	(592.443)	(532.078)
Comissões e despesas bancárias	(2.579)	(912)	(28.006)	(53.521)
Variações monetárias	-	-	(3.606)	(3.514)
Outros (c)	(62.979)	(2.801)	(120.364)	(78.795)
	(259.182)	(186.204)	(1.429.131)	(1.031.644)
Variação cambial, líquida (d)	(162.321)	(133.843)	(436.207)	(490.096)
Total	(409.234)	(296.736)	(1.457.622)	(919.216)

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2014 é devido, principalmente, à descontinuidade das operações de *hedge* de combustível. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº30.

(b) Inclui o montante de R\$64.954 referente às recompras dos Bônus Sênior, conforme nota explicativa nº17.

(c) Do montante total, R\$21.648 (controladora e consolidado) é decorrente da diferença entre o valor de face e o valor de mercado recomprado dos Bônus com vencimento em 2023. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº17.

(d) Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$72.972 refere-se à desvalorização do Bolívar Venezuelano, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

28. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais se podem obter receitas e

incorrer despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos tomadores de decisão para avaliação de desempenho e alocação dos recursos aos segmentos. A Companhia possui dois segmentos operacionais: segmento de transporte aéreo e o de programa de fidelidade. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº2.2n.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas àquelas aplicadas às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta naturezas distintas entre os dois segmentos reportados, o que inviabiliza qualquer forma de alocação de custos, sendo assim, não há custos e receitas comuns entre os segmentos operacionais reportados.

A Companhia possui maioria acionária na controlada Smiles, sendo a participação de não controladores na mesma de 45,7% e 42,7% em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respectivamente.

As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada relacionada aos segmentos reportáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

a) Ativos e passivos dos segmentos operacionais

31/12/2014					
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	2.783.212	734.355	3.517.567	(531.369)	2.986.198
Não circulante	7.061.616	832.848	7.894.464	(904.015)	6.990.449
Total do ativo	9.844.828	1.567.203	11.412.031	(1.435.384)	9.976.647
Passivo					
Circulante	3.992.760	708.292	4.701.052	(488.406)	4.212.646
Não circulante	6.370.455	452.874	6.823.329	(726.354)	6.096.975
Patrimônio líquido	(518.387)	406.037	(112.350)	(220.624)	(332.974)
Total do passivo e patrimônio líquido	9.844.828	1.567.203	11.412.031	(1.435.384)	9.976.647
31/12/2013					
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	3.158.731	834.116	3.992.847	(427.138)	3.565.709
Não circulante	7.727.103	1.110.034	8.837.137	(1.764.398)	7.072.739
Total dos ativos	10.885.834	1.944.150	12.829.984	(2.191.536)	10.638.448
Passivo					
Circulante	3.501.303	344.120	3.845.423	(398.632)	3.446.791
Não circulante	6.733.604	270.974	7.004.578	(1.031.421)	5.973.157
Patrimônio líquido	650.927	1.329.056	1.979.983	(761.483)	1.218.500
Total do passivo e patrimônio líquido	10.885.834	1.944.150	12.829.984	(2.191.536)	10.638.448

b) Receitas e os resultados dos segmentos operacionais

31/12/2014				
Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado

Receita líquida					
Transporte de passageiros	8.848.749	-	8.848.749	197.082	9.045.831
Transporte de cargas e outras	939.829	-	939.829	(18.341)	921.488
Receita com resgate de milhas	-	808.058	808.058	(709.163)	98.895
Custo dos serviços prestados	(8.147.202)	(430.949)	(8.578.151)	430.949	(8.147.202)
Lucro bruto	1.641.376	377.109	2.018.485	(99.473)	1.919.012
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	(898.635)	(65.062)	(963.697)	86.557	(877.140)
Despesas administrativas	(570.924)	(35.138)	(606.062)	(673)	(606.735)
Outras receitas operacionais, líquidas	72.295	366	72.661	(366)	72.295
	(1.397.264)	(99.834)	(1.497.098)	85.518	(1.411.580)
Resultado de equivalência patrimonial	1.302	(3.791)	(2.489)	(1)	(2.490)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	377.166	177.414	554.580	(146.864)	407.716
Despesas financeiras	(1.543.963)	(32.032)	(1.575.995)	146.864	(1.429.131)
Variação cambial, líquida	(433.832)	(2.375)	(436.207)	-	(436.207)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(1.355.215)	416.491	(938.724)	(13.956)	(952.680)
Imposto de renda e contribuição social e diferidos	(36.796)	(132.551)	(169.347)	4.746	(164.601)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.392.011)	283.940	(1.108.071)	(9.210)	(1.117.281)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(1.392.011)	155.052	(1.236.959)	(9.210)	(1.246.169)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	128.888	128.888	-	128.888

	31/12/2013				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros	8.077.709	-	8.077.709	44.452	8.122.161
Transporte de cargas e outras	784.086	-	784.086	(11.060)	773.026
Receita com resgate de milhas	-	573.346	573.346	(512.321)	61.025
Custo dos serviços prestados	(7.559.496)	(304.004)	(7.863.500)	387.091	(7.476.409)
Lucro (prejuízo) bruto	1.302.299	269.342	1.571.641	(91.838)	1.479.803
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(703.824)	(51.452)	(755.276)	29.837	(725.439)
Despesas administrativas	(601.187)	(37.719)	(638.906)	33.821	(605.085)
Outras receitas operacionais, líquidas	116.710	-	116.710	-	116.710
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	587.752	129.704	717.456	(114.932)	602.524
Despesas financeiras	(1.146.430)	(146)	(1.146.576)	114.932	(1.031.644)
Variação cambial, líquida	(489.765)	(331)	(490.096)	-	(490.096)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e	(934.445)	309.398	(625.047)	(28.180)	(653.227)

contribuição social

Imposto de renda e contribuição social e diferidos	20.607	(101.554)	(80.947)	9.584	(71.363)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(913.838)	207.844	(705.994)	(18.596)	(724.590)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(913.838)	135.887	(777.951)	(18.596)	(796.547)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores		71.957	71.957	-	71.957

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controlada Smiles, que constitui o segmento de Programa de Fidelidade Smiles e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva desse segmento, esse tratamento é adequado, pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para os seus fornecedores a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes.

No entanto, sob a perspectiva consolidada, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os ativos, passivos e resultados consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e de consolidação, além das eliminações, foi realizado um ajuste de prática contábil nas receitas provenientes do Programa Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado as milhas que foram utilizadas para resgatar passagens aéreas apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

29. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui 130 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$39.441.845 (correspondendo a US\$14.848.974 na data do balanço) e estão segregados conforme os exercícios abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	1.764.882
2015	1.323.818	1.167.524

2016	1.385.110	1.221.579
2017	2.132.740	1.880.941
2018	1.456.740	1.284.752
2019 em diante	33.143.437	29.230.410
	39.441.845	36.550.088

Em 31 de dezembro de 2014, dos compromissos mencionados acima, a Companhia possui o montante de R\$5.292.882 (correspondendo a US\$1.992.882 na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, que deverão ser desembolsados conforme os exercícios abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	163.368
2015	289.945	255.714
2016	154.216	136.009
2017	267.898	236.269
2018	651.124	574.250
2019 em diante	3.929.699	3.465.745
	5.292.882	4.831.355

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo U.S. Ex-Im Bank corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2014, a frota total era composta de 141 aeronaves, excluindo 3 aeronaves de propriedade Webjet, dentre as quais 96 eram arrendamentos mercantis operacionais e 45 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 40 aeronaves sob arrendamento financeiro que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu 9 aeronaves com base em contrato de arrendamento operacional, e efetuou a devolução de 8 aeronaves com contrato de arrendamento operacional e 1 devolução com contrato de arrendamento financeiro.

a) Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis são denominados em dólar norte-americano e estão demonstradas como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	693.125
2015	785.052	581.153
2016	697.744	508.828
2017	632.899	456.990
2018	539.329	397.103
2019 em diante	2.139.786	1.456.846
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	4.794.810	4.094.045

b) Transações com *sale-leaseback*

A Companhia, durante os anos de 2006 a 2009, apurou ganhos e perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua controlada GAC de aeronaves 737-800 *Next Generation*. Tais ganhos e perdas foram diferidos e são amortizados proporcionalmente aos pagamentos dos arrendamentos pelo prazo contratual de 120 meses. Os valores registrados no exercício findo em 31

de dezembro de 2014 e de 2013 estão a seguir:

	Despesas antecipadas				Outras obrigações			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Perdas diferidas (*)	8.280	8.923	18.245	26.526	-	-	-	-
Ganhos diferidos (**)	-	-	-	-	1.783	5.243	1.337	3.118

(*) Referem-se a 2 aeronaves de transações realizadas em 2006.

(**) Referem-se a 11 aeronaves de transações realizadas de 2006 a 2009.

Adicionalmente, a Companhia apurou um ganho de R\$81.224 decorrente de 9 aeronaves recebidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (ganho de R\$126.084 relativo a 15 aeronaves em 31 de dezembro de 2013) de transações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamentos operacionais. Tendo em vista que os ganhos e as perdas não serão compensados com pagamentos futuros do contrato de arrendamento e foram negociados de acordo com o valor justo das aeronaves, tais ganhos foram, portanto, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que partes desses instrumentos financeiros são derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados com a finalidade de proteção (hedge) dos riscos inerentes à operação. A Companhia e suas controladas consideram como riscos mais relevantes o preço de combustível, a taxa de câmbio e a taxa de juros. Estes riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo swaps, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros. As contratações podem ser realizadas por meio dos fundos exclusivos de investimento, conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos e tem uma diretriz formal, em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (CPR) e submetidas ao Conselho de Administração. O Comitê de Políticas estabelece as diretrizes e limites, e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos.

Os valores justos de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação.

A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis possui cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por consequência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, podem apresentar resultados inefetivos para fins de hedge *accounting* no momento de sua liquidação, e estão apresentados nas tabelas ao decorrer desta nota explicativa.

As descrições dos saldos contábeis consolidados e as categorias dos instrumentos financeiros inclusos no

balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.898.773	1.635.647	-	-
Aplicações financeiras (a)	296.824	1.155.617	-	-
Caixa restrito	331.550	254.456	-	-
Direitos com operações de derivativos (b)	18.846	48.934	-	-
Contas a receber	-	-	352.284	324.821
Depósitos (c)	-	-	526.822	630.168
Outros créditos	-	-	65.120	66.773
Perdas diferidas - despesa antecipada	-	-	-	1.532
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (d)	-	-	6.235.239	5.589.385
Fornecedores	-	-	686.151	502.919
Obrigações com operações de derivativos (b)	85.366	30.315	-	-

(a) A Companhia gerencia suas aplicações financeiras como mantidas para negociação para suprir suas despesas operacionais.

(b) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém registrado o montante de R\$138.713 líquido de impostos (R\$18.162 em 31 de dezembro de 2013) no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial" em contrapartida destes ativos e passivos, conforme nota explicativa nº24f.

(c) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº10.

(d) Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº17.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos seguintes riscos financeiros: de mercado (em especial, preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Estes riscos são derivados, principalmente, dos contratos de arrendamento de compra de aeronaves.

O programa de gestão de riscos da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar o seu desempenho financeiro.

As decisões da Companhia e suas controladas sobre a parcela de exposição a ser protegida contra riscos financeiros, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção.

A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando, portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista, no mínimo, trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Riscos.

As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

a) *Risco do preço de combustível*

Em 31 de dezembro de 2014, os gastos com combustível representaram 40,2% dos custos e despesas operacionais da Companhia. O preço do combustível de aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com as variações no preço do petróleo cru e de seus derivados.

Para mitigar o risco de preço de combustível, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados; também são contratadas, diretamente com o fornecedor local, entregas futuras do combustível de aeronave a preços pré-determinados.

b) *Risco de taxa de câmbio*

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A exposição dos itens patrimoniais da Companhia ao risco de moeda estrangeira decorrem principalmente de arrendamentos, fornecedores, provisão para aeronaves e operação com empresas ligadas e financiamentos em moeda estrangeira.

As receitas da Companhia são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, Bolívares da Venezuela entre outros.

Para mitigar o risco de taxa de câmbio, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos referenciados ao dólar norte-americano.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
Caixa e aplicações financeiras	457.902	319.565	954.227	1.061.746
Contas a receber	-	-	35.095	39.924
Depósitos	-	-	526.822	630.168
Prêmios de <i>hedge</i> - despesa antecipada	-	-	-	1.532
Despesa antecipada com arrendamentos	-	-	44.093	27.238
Resultado com operações de <i>hedge</i>	-	-	18.846	48.934
Outros	-	-	9.572	5.968
Total do ativo	457.902	319.565	1.588.655	1.815.510
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	-	-	69.733	30.629
Empréstimos e financiamentos	2.154.828	1.698.982	2.445.291	2.151.051
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	2.224.679	2.195.328
Outros arrendamentos mercantis a pagar	-	-	56.837	45.140
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	361.651	347.290
Provisão para processos judiciais	-	-	227	27.267
Obrigações com empresas relacionadas	151.408	113.741	-	-
Total do passivo	2.306.236	1.812.723	5.158.418	4.796.705
Exposição cambial em R\$	1.848.334	1.493.158	3.569.763	2.981.195
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	-	-	4.794.810	4.094.045
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	39.441.845	36.550.088	39.441.845	36.550.088
Total	39.441.845	36.550.088	44.236.655	40.644.133
Total da exposição cambial R\$	41.290.179	38.043.246	47.806.418	43.625.328

Total da exposição cambial US\$
Taxa de câmbio (R\$/US\$)

15.544.831	16.239.753	17.998.049	18.622.611
2,6562	2,3426	2,6562	2,3426

c) *Risco de taxa de juros*

Os resultados da Companhia estão expostos às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente taxa CDI e taxa Libor, respectivamente. A maior exposição está nas operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor após a entrega da aeronave. Outra exposição relevante está nas aplicações e dívidas locais indexadas à taxa CDI.

Para mitigar o risco da taxa de juros, a Companhia contrata derivativos do tipo *swap*.

d) *Risco de crédito*

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente representado nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O risco de crédito do “Contas a receber” é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da Companhia, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, ficando uma pequena parcela exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades.

Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia e suas controladas tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os ativos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's. Os instrumentos financeiros derivativos são, na maioria, contratados em bolsa de valores de mercadoria e futuros (BM&FBOVESPA e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Já as operações de derivativos contratadas em mercado de balcão (OTC) tem contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*. A Política de Gestão de Riscos da Companhia estabelece também um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras.

e) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento. Em 31 de dezembro de 2014, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 32 dias e das dívidas financeiras, excluindo o bônus perpétuo, era de 4,3 anos.

O cronograma dos passivos financeiros detidos pela Companhia é como segue:

Em 31 de dezembro de 2014	Imediato	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
---------------------------	----------	------------------	--------------	------------	-----------------	-------

Empréstimos e financiamentos	-	53.735	872.866	1.600.879	3.707.759	6.235.239
Fornecedores	222.732	367.027	87.754	8.638	-	686.151
Obrigações trabalhistas	107.678	28.250	119.512	-	-	255.440
Obrigações fiscais	-	100.094	-	34.807	-	134.901
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	315.148	-	-	-	315.148
Obrigações com operações de derivativos	-	85.366	-	-	-	85.366
Provisões	-	176.757	30.337	192.049	86.517	485.660
Outras obrigações	31.900	51.040	44.660	59.755	39.836	227.191
	362.310	1.177.417	1.155.129	1.896.128	3.834.112	8.425.096

f) *Gerenciamento de capital*

A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
(Passivo a descoberto) patrimônio líquido	(332.974)	650.926
Caixa e equivalentes de caixa	(1.898.773)	(1.635.647)
Caixa restrito	(331.550)	(254.456)
Aplicações financeiras	(296.824)	(1.155.617)
Empréstimos e financiamentos	6.235.239	5.589.385
Dívida líquida	3.708.092	2.543.665
Taxa de alavancagem	1.114%	391%

A Companhia permanece comprometida a manter a liquidez elevada e um perfil de amortização sem pressão de refinanciamento no curto prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de juros	Derivativos de instrumentos patrimoniais	Total
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2013 (*)	22.873	-	34.874	(30.315)	27.432
Variações no valor justo:					
Perdas reconhecidas em resultado (a)	(14.263)	(24.722)	(1)	(15.901)	(54.887)
Perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(359.829)	-	(240.261)	-	(600.090)
Pagamentos durante o exercício	351.238	39.856	123.715	-	514.809
Exercício de opções <i>General Atlantic</i>	-	-	-	46.216	46.216
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2014 (*)	19	15.134	(81.673)	-	(66.520)
Movimentação de outros resultados abrangentes	Combustível	Moeda estrangeira	Taxa de juros	Derivativos de instrumentos patrimoniais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.739	-	(20.901)	-	(18.162)
Ajustes de valor justo durante o exercício	(359.829)	-	(240.261)	-	(600.090)
Reversões líquidas para o resultado (b)	355.933	-	61.504	-	417.437
Efeito fiscal	1.325	-	60.777	-	62.102
Saldo em 31 de dezembro de 2014	168	-	(138.881)	-	(138.713)
Efeitos no resultado (a+b)	(370.196)	(24.722)	(61.505)	(15.901)	(472.324)
Reconhecidos em resultado operacional	-	-	(13.093)	-	(13.093)
Reconhecidos em resultado financeiro	(370.196)	(24.722)	(48.412)	(15.901)	(459.231)

(*) Classificado como "Direitos com operações de derivativos" caso o saldo seja ativo ou como "Obrigação com operações de derivativos" caso o saldo seja um passivo. Inclui R\$10.328 em 31 de dezembro de 2014 de passivo referente aos *hedges* realizados em fundo exclusivo.

A Companhia adota o *hedge accounting*. Os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de taxa de juros e preço do combustível são classificados como “Hedge de fluxo de caixa” (*Cash flow hedge*), segundo os parâmetros descritos no CPC 38.

Classificação dos instrumentos financeiros derivativos

i) *Hedge de fluxo de caixa*

No hedge de fluxo de caixa, a Companhia e suas controladas protegem a variação de receita ou despesa futura proveniente das variações, da taxa de juros ou do preço do combustível, e contabilizam as variações efetivas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do *hedge*.

A Companhia estima a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos.

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do risco protegido.

Os saldos de variações efetivas de valor justo de derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no exercício em que o custo ou despesa objeto do *hedge* impacta o resultado. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o custo operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do exercício.

ii) *Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting*

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que formalmente não são designados para a contabilidade de proteção. Estas situações ocorrem quando não compensa a complexidade do controle e divulgação.

iii) *Derivativos de instrumentos patrimoniais*

Em abril de 2013, a Companhia celebrou um acordo de investimento com a General Atlantic Service Company LLC, (“G.A.”) que estabeleceu a outorga, pela Companhia, de uma opção de compra de ações de sua emissão que permita a aquisição secundária, pela G.A. (ou outra pessoa por ela designada), de ações de emissão da Smiles S.A. detidas pela Companhia. Tais opções foram liquidadas com o exercício de opção de ações em 27 de fevereiro de 2014 e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu no resultado financeiro uma perda com instrumentos derivativos de R\$15.901 referente a marcação a mercado desse derivativo, juntamente com a reversão da obrigação com esse derivativo para o patrimônio líquido no montante de R\$46.216.

Atividades de *hedge*

a) *Hedge de combustível*

Em virtude da baixa liquidez dos derivativos de combustível de aviação (“Jet Fuel”) negociados em bolsas de mercadorias, a Companhia contrata derivativos de petróleo cru (WTI, Brent) e seus derivados (*Heating Oil*) para se proteger contra a oscilação dos preços de combustível de aeronave. Historicamente, os preços destes produtos têm alta correlação com os preços do combustível de aviação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia havia liquidado todas as suas opções de vendas (*puts*) nas operações contratadas com o objetivo de limitar o risco de queda frente ao cenário de desvalorização acentuada no preço das commodities ao final do período, mantendo em sua exposição de hedge somente as opções de compra (*calls*) que compunham estas posições.

As perdas e ganhos dos derivativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão apresentados a seguir:

Saldo final em	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo ao final do exercício (R\$)	-	22.294
Ganhos com efetividade do <i>hedge</i> "reconhecidos" no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	168	2.739

Exercício encerrado em	31/12/2014	31/12/2013
Resultado de hedge reconhecidos em custos operacionais (R\$)	-	(3.777)
Resultado de hedge reconhecidos em receitas (despesas) financeiras (R\$)	(189.078)	13.978
Total de perdas (R\$)	(189.078)	10.201

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem contratos de *Brent* e *Heating Oil* não designados como *hedge accounting* (*cash flow*) de combustível.

Saldo final em	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo ao final do exercício (R\$)	19	579
Ganhos (perdas) reconhecidos como receitas (despesas) financeiras (R\$)	(181.118)	579

Posição total em	31/12/2014	31/12/2013
Volume protegido para exercícios futuros (Mil barris)	651	1.183
Volume contratado para exercícios futuros (Mil barris)	945	1.860

	1T15	2T15	3T15	4T15	Total 12M
Percentual da exposição de combustível protegido	26%	0%	0%	0%	7%
Volume contratado (Mil barris)	945	-	-	-	945
Taxa contratada a futuro por barril (US\$) (*)	113,31	-	-	-	113,31
Total em Reais (**)	284.420	-	-	-	284.420

(*) Média ponderada dos strikes de calls.

(**) Taxa de câmbio: R\$2,6562/US\$1,00.

b) *Hedge de câmbio*

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem contratos derivativos de futuro de Dólar norte-americano para proteção cambial do fluxo de caixa, não designados como *hedge accounting*. As perdas e ganhos dos derivativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão apresentados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo ao final do exercício (R\$)	15.134	-
Volume protegido para exercícios futuros (US\$)	107.000	319.000

Exercício findo em	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos (perdas) reconhecidos como receitas (despesas) financeiras (R\$)	(24.722)	10.373

	1T15	2T15	3T15	Total 12M
Percentual da exposição de fluxo de caixa protegida	21%	0%	0%	5%
Valor nominal (US\$)	107.000	-	-	107.000
Taxa contratada a futuro (R\$)	2,5193	-	-	2,5193
Total em Reais	269.565	-	-	269.565

c) *Hedge de taxa de juros*

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detêm instrumentos financeiros derivativos do tipo swap designados como *cash flow hedge* de taxas de juros Libor. A posição dos contratos derivativos de juros Libor está apresentada a seguir:

Saldo final em	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo ao final do exercício (R\$)	(81.673)	34.874
Valor nominal ao final do exercício (US\$)	591.150	1.319.250
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	(138.881)	(20.901)

Exercício findo em	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos (perdas) reconhecidas como receitas (despesas) financeiras (R\$)	(48.412)	45.785
Perdas reconhecidas como custos operacionais (R\$)	(13.093)	(16.934)
Total de ganhos (perdas)	(61.505)	28.851

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não detinha posição em contratos derivativos de juros *Libor* não designados como *hedge accounting*.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia; deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros, a seguir, demonstram a análise de sensibilidade para os riscos de mercado e instrumentos financeiros, considerados relevantes pela Administração da Companhia, posição em aberto em 31 de dezembro de 2014 e com base nos cenários acima descritos.

O cenário provável da Companhia é o de manutenção dos níveis de mercado.

Nos quadros, valores expostos positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).

Controladora

i) *Fator de risco câmbio*

Em 31 de dezembro de 2014, a Controladora possui uma exposição cambial passiva líquida de R\$1.848.334 (vide nota explicativa nº30b). Nesta mesma data, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$2,6562/US\$, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável, e apurou o impacto decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Risco	Valores expostos	Cenário adverso possível +25%	Cenário adverso remoto +50%
Passivo, líquido	Valorização do dólar	(1.848.334) (*)	(462.084)	(924.167)
	Dólar		3,3203	3,9843

(*) Valores negativos correspondem a perdas líquidas esperadas em caso de variação do dólar.

Consolidado

i) *Fator de risco combustível*

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detém contratos de derivativos de petróleo no total de 945 mil barris e com vencimentos até março de 2015. O cenário provável para a Companhia é a curva de mercado do *Brent* e do *Heating Oil*, cujos preços em 31 de dezembro de 2014 correspondiam a US\$57,33/bbl e US\$77,56/bbl, respectivamente.

Risco	Valores expostos	Cenário adverso remoto -50%	Cenário adverso possível -25%
Queda nas curvas dos preços	19	(19)	(19)
	<i>Heating Oil</i>	38,78	58,17
	<i>Brent</i>	28,67	43,00

ii) *Fator de risco câmbio*

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detém contratos de derivativo de dólar no valor nominal de US\$107.000 com vencimentos até março de 2015, e uma exposição cambial passiva líquida de R\$3.569.763 (vide nota explicativa nº30b). Nesta mesma data, a Companhia adotou a taxa de câmbio

de R\$2,6562/US\$, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável, e apurou o impacto decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Valores expostos	-50% R\$1,3281/USD	-25% R\$1,9922/USD	+25% R\$3,3203/USD	+50% R\$3,9843/USD
Passivo, líquido	(3.569.763)	1.784.882	892.441	(892.441)	(1.784.882)
Derivativo	15.134	(235.643)	(117.757)	118.014	235.899
	(3.554.629)	1.549.239	774.684	(774.427)	(1.548.983) (*)

(*) Valores negativos correspondem a perdas líquidas esperadas em caso de variação do dólar.

iii) *Fator de risco juros*

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detém aplicações financeiras e dívidas com diversos tipos de taxas e posição em derivativos de juros Libor.

Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2014 (vide nota explicativa nº17) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir:

Instrumento	Risco	Valores expostos	Cenário favorável	Cenário adverso possível 25%	Cenário adverso remoto 50%
Dívidas financeiras					
Líquidas de aplicações financeiras (*)	Aumento da taxa CDI	(200.334)	(22.078)	(44.155)	(200.334)
Derivativo	Queda da taxa Libor	(81.672)	(78.121)	(153.459)	(81.672)

(*) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI, valor negativo significa captação maior do que aplicação.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1:* Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2:* Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3:* Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

31/12/2014

31/12/2013

	Valor contábil	Outros fatores observáveis significativos (Nível 2)	Valor contábil	Outros Fatores observáveis significativos (Nível 2)
Caixa e equivalentes de caixa	1.898.773	1.898.773	1.635.647	1.635.647
Aplicações financeiras	296.824	296.824	1.155.617	1.180.828
Caixa restrito	331.550	331.550	254.456	254.456
Direitos com operações de derivativos	18.846	18.846	48.934	48.934
Obrigações com operações de derivativos	(85.366)	(85.366)	(30.315)	(30.315)

31. Transações que não afetaram o caixa

Controladora

Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia alienou parcialmente o investimento sobre a Smiles para a G.A.. Como consequência, o valor de R\$46.216 correspondente ao derivativo de instrumento patrimonial registrado anteriormente na rubrica “obrigações com operações de derivativos” foi revertido para o patrimônio líquido como parte do ganho da operação. Tal operação não afetou o caixa da Companhia no exercício.

A GLAI optou pela liquidação antecipada dos débitos de Refis mediante a utilização de parte de créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$9.598.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia aumentou o seu imobilizado no montante de R\$69.484 referente ao incremento de provisão para devolução de aeronaves.

A Companhia optou pela liquidação antecipada dos débitos de Refis mediante a utilização de parte de créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social relativos à GLAI e à VRG no montante total de R\$22.522.

32. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em Dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade aeronáutica	Em reais	Em dólares
Garantia - casco/guerra	12.815.424	4.824.721
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (*)	1.992.150	750.000
Estoques (local) (*)	371.868	140.000

(*) Valores por ocorrência e no agregado anual.

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar, eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente a partir de 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida.

33. Eventos subsequentes

- a) Em 04 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da controlada Smiles S.A. aprovou o aumento de capital de 140.000 ações ordinárias por meio do exercício de opções de ações, correspondendo ao valor total de R\$3.015.
- b) Em 21 de janeiro de 2015, a Companhia anunciou a intenção de alteração de estrutura de seu capital, em busca de ampliar sua capacidade de capitalização mediante emissão de novas ações preferenciais, sem que seja necessária a emissão de ações ordinárias, cuja titularidade e transferência estão sujeitas a limitações legais e regulatórias específicas do setor de aviação civil. Tal operação abrange os seguintes eventos principais:
- Aumento dos direitos patrimoniais conferidos pelas ações preferenciais na proporção de 35 para 1, e simultâneo desdobramento das ações ordinárias na mesma proporção, gerando, portanto, resultado econômico neutro para os acionistas;
 - Adoção de melhorias na governança corporativa para reforçar o alinhamento de interesses entre acionistas, incluindo a representação dos preferencialistas no Conselho de Administração e o voto em separado em Assembleias Especiais, nas condições especificadas no Estatuto Social;
 - Limitação à alienação de ações detidas pelo Acionista Controlador (“Lock-Up do Controlador”); e
 - Previsão de uma obrigação de lançar uma oferta pública de aquisição por parte de qualquer adquirente de ações representando 30% ou mais da participação econômica na Companhia.
- A implementação da operação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 23 de março de 2015.
- c) Em 13 de março de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada VRG, emitiu, em série única, um Guarantee Note (“Nota Garantida”) com a finalidade de financiamento de manutenção de motores junto à Delta TechOps, com garantia financeira do U.S. Ex-Im Bank no valor de US\$40,539 (R\$130.795 na data da captação) e precificada através de operações de mercado de capitais com taxa de juros de 0,98% a.a.. O financiamento será amortizado trimestralmente em 12 parcelas com data de início em 13 de junho de 2015 e vencimento em 13 de março de 2018.